

## KROTON EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Kroton Educacional S.A., com sede na Rua Santa Madalena Sofia, 25, na cidade de Belo Horizonte - MG, e suas controladas ("Companhia" ou "Kroton") têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e à distância; a administração de atividades de ensino infantil, fundamental e médio; o comércio de livros didáticos e apostilas, além do licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica.

##### Operação societária

Em 3 de julho de 2014, a operação de aquisição de ações da Anhanguera Educacional Participações S.A. pela Companhia foi aprovada pelas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias, passando a Anhanguera Educacional Participações S.A a ser uma controlada da Companhia. Vide nota explicativa nº5.

Esta operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 14 de maio de 2014, o qual reuniu os atos de concentração referente à operação para fins de análise dos efeitos concorrenciais e celebrou o "Acordo em Controle de Concentrações - ACC" compreendendo a transferência de alguns direitos e obrigações ("Remédios"), tidos como necessários para a preservação das condições de entrada e rivalidade do mercado relevante. A Companhia está preparando estudos para cumprir com as determinações do CADE.

A Companhia exerce as suas atividades por meio de suas controladas diretas: Editora e Distribuidora Educacional S.A. - EDE e Anhanguera Educacional Participações S.A. As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3.b).

A Companhia é listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código KROT3 onde negocia suas ações ordinárias.

##### Sazonalidade

A Companhia tem expectativa de que as suas receitas e lucratividades alcancem seus níveis mais altos no primeiro e terceiro trimestres.

Na educação básica, durante o primeiro trimestre, ocorre o pico das vendas das coleções de livros. No ensino superior, durante o primeiro e terceiro trimestres, ocorrem os períodos de matrículas para o semestre letivo. Dadas essas condições, essa sazonalidade tende a causar variações em nossos resultados operacionais entre os trimestres de cada exercício social.

## Comparabilidade

Decorrente da incorporação das ações da Anhanguera em 3 de julho de 2014, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações de patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício de 2014, contemplam doze meses das operações da Kroton e seis meses das operações da Anhanguera.

Esse fato deve ser considerado nas análises comparativas dessas demonstrações financeiras.

## Alteração na legislação do FIES

Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu as portarias normativas nº 21 e nº 23 que modificam principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015

Os impactos da alteração na legislação ocorrerão a partir de 2015 e foram avaliados pela Administração da Companhia. Os impactos de repasse ocorrerão somente no ano de 2015 e serão regularizados a partir de 2016, inclusive com os repasses atrasados.

Em 31 de dezembro de 2014, não foi identificado nenhum efeito relevante, inclusive sobre as projeções que suportam os cálculos de “impairment”.

## 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, e contém as informações relevantes da Companhia e utilizadas pela Administração como instrumento de gestão. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

## 2.3. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

### a) Controladas

O processo de consolidação das controladas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

- (i) Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- (ii) Dos saldos de contas-correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.
- (iii) Identificação da participação dos acionistas não controladores.

Os exercícios das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Companhia, e as práticas contábeis das controladas foram aplicadas de forma consistente com as práticas contábeis da Companhia.

b) Sociedades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

| <u>Sociedades consolidadas</u>  | Participação no<br>capital total - % |                   |
|---|--------------------------------------|-------------------|
|   | <u>31/12/2014</u>                    | <u>31/12/2013</u> |
| Controlada direta-  |                                      |                   |
| Anhanguera - Anhanguera Educacional Participações S.A (i)                   | 100                                  | -                 |
| Controladas indiretas:  |                                      |                   |
| Aeltda- Anhanguera Educacional  | 100                                  | -                 |
| Clínica - Clínica Médica Anhanguera   | 100                                  | -                 |
| Imob I - AESA Empreendimentos Imobiliários                                  | 100                                  | -                 |
| Unipli - Sociedade Educacional Plinio Leite S/S                             | 100                                  | -                 |
| Luiz Rosa - Instituto Educacional Professor Luiz Rosa                       | 100                                  | -                 |
| Imob II - AESA Empreendimentos Imobiliários da Região Metropolitana         | 100                                  | -                 |
| Imob III - AESA Empreendimentos Imobiliários do ABC                         | 100                                  | -                 |
| FIDC - Anhanguera Educacional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios | 100                                  | -                 |
| Juspodivm - Instituto Excelência  | 100                                  | -                 |

|   | Participação no<br>capital total - % |                   |
|---|--------------------------------------|-------------------|
|   | <u>31/12/2014</u>                    | <u>31/12/2013</u> |
| Controlada direta-  |                                      |                   |
| EDE - Editora e Distribuidora Educacional                                   | 100                                  | 100               |
| Controladas indiretas:  |                                      |                   |
| Assevim - Sociedade Educacional do Vale do Itajaí Mirim                     | 99,99                                | 99,99             |
| Ceama - Centro de Ensino Atenas Maranhense                                  | 99,99                                | 99,99             |
| Fais - Faculdade Integradas de Sorriso                                      | 99,99                                | 99,99             |
| Fameg - Sociedade Educacional do Vale do Itapocu                            | 99,99                                | 99,99             |
| Famelages - Sociedade Educacional do Planalto Serrano                       | 99,99                                | 99,99             |
| Famesul - Instituto Educacional Alto Vale do Itajaí                         | 99,99                                | 99,99             |
| GK - União Metropolitana Unime Feira de Santana                             | 99,99                                | 99,99             |
| Orme - Orme Serviços Educacionais   | 99,99                                | 99,99             |
| Pax - Pax Editora e Distribuidora   | 99,99                                | 99,99             |
| Projecta - Projecta Educacional   | 99,99                                | 99,99             |
| Pses - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade                                | 99,99                                | 99,99             |
| Spes - Sistema Pitágoras de Ensino  | 99,99                                | 99,99             |
| União - União de Ensino Unopar  | 99,99                                | 99,99             |
| Uniasselvi - Sociedade Educacional Leonardo da Vinci                        | 99,99                                | 99,99             |
| Unirondon - Uniao Educacional Candido Rondon                                | 99,99                                | 99,99             |
| Iuni - Iuni Educacional   | 100                                  | 100               |
| Unic Educacional - Unic Educacional   | 99,99                                | 99,99             |
| Unime Salvador - Iuni Educacional - Unime Salvador                          | 99,99                                | 99,99             |
| Unime LF - União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura | 99,99                                | 99,99             |
| Fama Macapá - União de Faculdades do Amapá                                  | 99,99                                | 99,99             |

- (i) A controlada direta Anhanguera Educacional Participações S.A. e suas controladas indiretas foram adquiridas pela Companhia por meio de incorporação de ações no dia 3 de julho de 2014.

#### 2.4. Apresentação de relatórios por segmento operacional

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

#### 2.5. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

#### 2.6. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis.

#### 2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrado pelo custo, acrescido dos juros auferidos. A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” é classificada como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

#### 2.8. Ativos e passivos financeiros

##### 2.8.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de emissão dos balanços (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São incluídos como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após as datas dos balanços. Os ativos financeiros disponíveis para venda são classificados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos como “Receitas financeiras”, na demonstração do resultado.

c) Valor justo por meio do resultado

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação que podem incluir, quando aplicável, o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

d) Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa de juros efetiva é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

## 2.8.2. Reconhecimento

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

## 2.8.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## “Impairment” de ativos financeiros

### a) Ativos registrados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “impairment” incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal.
- Probabilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido a dificuldades financeiras ou existência de dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira.
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de “impairment”.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido ao resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado disponível.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por “impairment” reconhecida anteriormente será reconhecida ao resultado.

b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item a) anterior. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por “impairment” sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo, será retirado do patrimônio e reconhecido ao resultado.

2.9. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pela Companhia.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “impairment”. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento.

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de “impairment” de ativos financeiros ao custo amortizável. Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para ajustá-las ao valor de realização, se necessário.

2.10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e dos custos necessários para realizar a venda. É constituída provisão para perdas para os itens fora de coleção, se necessário.



## 2.11. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

|  | <u>Anos</u> |
|--|-------------|
| Edificações                              | 25          |
| Equipamentos de informática              | 5           |
| Móveis, utensílios e instalações         | 10          |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros (i) | 17          |
| Biblioteca                               | 10          |
| Laboratório                              | 10          |

(i) A vida útil, considera o prazo de vencimentos dos contratos de aluguéis.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras despesas (receitas) operacionais”, na demonstração do resultado.

A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2014.

## 2.12. Ativos intangíveis

### a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. O ágio de controladas é registrado como ativo intangível. Se a adquirente apurar a compra desvantajosa, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“impairment”), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “impairment”, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa - UGCs para fins de teste de “impairment”. A alocação é feita para as UGCs ou para um grupo de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

b) Programas de computador (software) e desenvolvimento de projetos internos

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil estimada.

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para uso ou venda.
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo.
- O software/projeto pode ser vendido ou usado.
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto.
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.13. “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de “impairment”. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de “impairment” em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para “impairment”. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “impairment”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação do relatório.

#### 2.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

#### 2.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

#### 2.16. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A provisão para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### 2.17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido, enquanto o ativo depende da probabilidade de realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As empresas de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais (PIS, Cofins, IRPJ e CSLL) as instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 14.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas Sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

#### 2.18. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

#### 2.19. Benefícios a empregados - remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos plano de remuneração, liquidado em ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

## 2.20. Arrendamento mercantil financeiro

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros, os quais são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

## 2.21. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

## 2.22. Capital social

Em 5 de dezembro de 2012, a Companhia passou a ser listada no segmento especial denominado Novo Mercado, em que são permitidas somente a emissão e negociação de ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

## 2.23. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### a) Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos na entrega do material.

### b) Venda de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até as datas dos balanços.

As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. No semestre, são cobradas seis mensalidades, estando incluída a matrícula. Os recebimentos antecipados de matrícula e mensalidades são registrados como “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância - EAD das controladas Unopar e Anhanguera Educacional os percentuais de 36% e 30%, respectivamente, da mensalidade do aluno são repassadas ao polo parceiro que ministra as aulas telepresenciais, assim a receita é reconhecida sobre os percentuais de 64% e 70%, respectivamente.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância - EAD provenientes da controlada Uniasselvi, o valor do repasse varia de acordo com o tamanho das turmas operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. A receita é reconhecida apenas sobre a parte da receita referente às controladas.

Polo: é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

#### c) Receita e despesa financeiras

As receitas são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira, sendo esta calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas de desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método da taxa de juros efetivos.

#### 2.24. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras nas datas dos balanços, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

#### 2.25. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, foram adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior:

- IFRIC 21 - Taxações/Imposições.
- CPC 39/IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.
- CPC 38/IAS 39 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de “Hedge”.

## Normas e interpretações novas

| <u>Norma</u>  | <u>Descrição</u>   |
|---|--|
| IFRS 9  | Instrumentos Financeiros (e)   |
| IFRS 15   | Receitas de Contratos com Clientes (d)   |
| Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2)<br>Modificações às IFRSs | Acordo Contratual Conjunto (c)<br>Melhorias anuais nas IFRSs - ciclo 2010-2012 (b) |
| Modificações às IFRSs                                       | Melhorias anuais nas IFRSs - ciclo 2011-2013 (a)                                   |
| Modificações à IAS 16/CPC 27 e à IAS 41/CPC 29              | Agricultura: Plantas Produtivas (c)  |
| Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1)                           | Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado                             |

(a) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2014.

(b) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções.

(c) Em vigor para exercícios a serem iniciados em 1º de janeiro de 2016.

(d) Em vigor para exercícios a serem iniciados em 1º de janeiro de 2017.

(e) Em vigor para exercícios a serem iniciados em 1º de janeiro de 2018.

Algumas das alterações promovidas nas IFRSs com aplicação obrigatória para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014 ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até 31 de dezembro de 2014.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo.

A Administração da Companhia ainda não avaliou detalhadamente as novas normas, mas não espera impactos significativos decorrentes das suas implementações.



## 2.26. Avaliação dos impactos da Lei nº 12.973/14

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, convertida na Lei 12.973, em 13 de maio de 2014, que revoga o Regime Tributário de Transição - RTT e traz outras providências, dentre elas:

- i. Alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido.
- ii. Estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria.

Após a conversão da Medida Provisória em Lei Ordinária, os efeitos divulgados no 1º Trimestre de 2014 em relação a possíveis efeitos tributários sobre distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio foram revisados no texto legal, não surtindo quaisquer efeitos até sua real vigência em 2015, ou em sua opção para o exercício 2014.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu pela não adoção antecipada da referida lei.

## 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Práticas contábeis são aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de elaborar estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos.

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, a seguir estão apresentados comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita:

a) Perda (“impairment”) na estimativa do ágio

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração deles, por meio de uma metodologia conhecida como “impairment test”. Para identificar uma deterioração do ágio, esses ativos são agrupados no nível mais baixo para os quais podem ser identificados fluxos de caixa, e a alocação é feita de forma proporcional. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Perdas por deterioração do ágio são, se aplicável, registradas no resultado do exercício em que ocorrem e não podem ser revertidas em exercícios seguintes, mesmo que as condições que ocasionaram a perda deixem de existir. Vide nota explicativa nº 18.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - “Liability Method”) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado do ativo fiscal. Vide nota explicativa nº 14.

c) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A Companhia é ré em diversos processos judiciais e administrativos. É constituída provisão para todos os processos judiciais que representem perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. Vide nota explicativa nº 27.

d) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada. A vida útil desses ativos afeta os testes de recuperação do custo, quando necessário.

e) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

#### 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

##### 4.1. Fatores de risco financeiro

###### a) Política de utilização de instrumentos financeiros

O objetivo da Companhia na gestão de capital é garantir os recursos necessários à execução de sua estratégia ao menor custo de capital, buscando maximizar o retorno a seus acionistas.

As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital, e conta com suporte, acompanhamento e supervisão do Conselho de Administração nas decisões relacionadas à gestão de capital e a seu alinhamento com os objetivos e riscos.

A Companhia não possui nenhuma transação com derivativos.

###### b) Risco de mercado

###### Risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de as controladas da Companhia incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado e contas a pagar por aquisições de terceiros parcelados. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e não circulante são demonstradas a seguir:

|  | Consolidado       |                   |
|--|-------------------|-------------------|
|  | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Empréstimos e financiamentos:                        |                   |                   |
| Empréstimos e arrendamentos mercantis (i)            | 48.134            | 3.071             |
| Debêntures (ii)                                      | 897.240           | 546.149           |
| Contas a pagar por aquisição:                        |                   |                   |
| Certificado de Depósito Interbancário – CDI          | 151.594           | 166.416           |
| Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA | 92.293            | 20.052            |
| Outras   | <u>1.635</u>      | <u>2.434</u>      |
|  | <u>1.190.896</u>  | <u>738.122</u>    |

(i) R\$42.740 refere-se a arrendamentos mercantis atualizados a taxas prefixadas médias de 6,7% ao ano. Vide nota explicativa nº20.

(ii) As debêntures são atualizadas por juros de 100% do CDI com os seguintes acréscimos por emissão:

|                                |              |
|--------------------------------|--------------|
| 1ª emissão Debêntures          | + 2,00% a.a. |
| 4ª emissão Debêntures          | + 1,95% a.a. |
| 5ª emissão Debêntures 1ª série | + 1,50% a.a. |
| 5ª emissão Debêntures 2ª série | + 1,70% a.a. |

c) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

A política de vendas da Companhia e de suas controladas acompanha o risco inerente a seu segmento de atuação e é limitado pelas regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa. A Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa do saldo bruto das contas a receber de terceiros em aberto para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos.

d) Risco de liquidez

Consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos, debêntures, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui depósitos à vista e a curto prazo, contas a receber de clientes, outras contas a receber e outros créditos que resultam diretamente de suas operações.

Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

|                              | Consolidado       |                     |                    | Total            |
|------------------------------|-------------------|---------------------|--------------------|------------------|
|                              | Menos<br>de 1 ano | Entre<br>1 e 2 anos | Acima<br>de 2 anos |                  |
| Em 31 de dezembro de 2013    |                   |                     |                    |                  |
| Empréstimos e financiamentos | 1.770             | 786                 | 515                | 3.071            |
| Debêntures                   | 111.408           | 217.370             | 217.371            | 546.149          |
| Contas a pagar - aquisições  | <u>43.171</u>     | <u>69.612</u>       | <u>76.119</u>      | <u>188.902</u>   |
|                              | <u>156.349</u>    | <u>287.768</u>      | <u>294.005</u>     | <u>738.122</u>   |
| Em 31 de dezembro de 2014    |                   |                     |                    |                  |
| Empréstimos e financiamentos | 7.279             | 4.727               | 36.128             | 48.134           |
| Debêntures                   | 193.976           | 440.351             | 262.913            | 897.240          |
| Contas a pagar - aquisições  | <u>74.802</u>     | <u>94.477</u>       | <u>76.243</u>      | <u>245.522</u>   |
|                              | <u>276.057</u>    | <u>539.555</u>      | <u>375.284</u>     | <u>1.190.896</u> |

4.2. Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

Os índices de alavancagem financeira estão demonstrados a seguir:

|  | Controladora      |                   | Consolidado       |                   |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|  | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Dívida (i)   | -                 | -                 | 1.190.896         | 738.122           |
| Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante (ii) | <u>(55.177)</u>   | <u>(1.005)</u>    | <u>(455.332)</u>  | <u>(423.086)</u>  |
| Dívida líquida   | (55.177)          | (1.005)           | 735.564           | 315.036           |
| Patrimônio líquido (iii)   | <u>11.446.408</u> | <u>2.618.689</u>  | <u>11.446.408</u> | <u>2.618.689</u>  |
| Índice de alavancagem financeira   | -                 | -                 | 6,4%              | 12,0%             |

- (i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos bancários circulantes e não circulantes, debêntures emitidas e contas a pagar de aquisições, conforme detalhado nas notas explicativas nº 20, nº 21 e nº 24.
- (ii) Trata-se de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 8 e nº 9.
- (iii) O patrimônio líquido inclui todo o capital social e as reservas da Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 28.

#### 4.3. Análise de sensibilidade

A seguir, quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, com cenário mais provável, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, demonstramos cenários com 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

Para a análise de sensibilidade, foram utilizados como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes nas datas dos balanços.

##### a) Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - circulantes e não circulante

###### Controladora

| <u>Indexador</u> | <u>Valor</u> | <u>Risco</u>          | <u>Cenário provável</u> | <u>Cenário possível (25%)</u> | <u>Cenário remoto (50%)</u> |
|------------------|--------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| CDI              | 54.947       | Desvalorização do CDI | 6.594                   | 4.946                         | 3.297                       |

###### Consolidado

| <u>Indexador</u> | <u>Valor</u> | <u>Risco</u>          | <u>Cenário provável</u> | <u>Cenário possível (25%)</u> | <u>Cenário remoto (50%)</u> |
|------------------|--------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| CDI              | 438.497      | Desvalorização do CDI | 53.058                  | 39.794                        | 26.529                      |

b) Empréstimos, financiamentos, debêntures e contas a pagar - aquisições

Consolidado

| <u>Indexador</u> | <u>Valor</u> | <u>Risco</u> | <u>Cenário provável</u> | <u>Cenário possível (25%)</u> | <u>Cenário remoto (50%)</u> |
|------------------|--------------|--------------|-------------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| CDI              | 1.048.834    | Alta do CDI  | 126.909                 | 158.636                       | 237.954                     |
| IPCA             | 92.293       | Alta do IPCA | 6.091                   | 7.614                         | 9.137                       |

Não são considerados os contratos de arrendamento mercantil financeiro, no montante de R\$42.740, atualizado por uma taxa média de 6,7%, conforme nota explicativa nº 20.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia demonstrou o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses, utilizando taxas projetadas: CDI - 12,1 % e IPCA - 6,6% ao ano.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

As taxas utilizadas para a projeção foram extraídas de fontes externas independentes: IPCA do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, e CDI de estimativa divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Aquisição da Anhanguera

Em 3 de julho de 2014, foi aprovada em Assembleias Gerais Extraordinárias, a incorporação pela Companhia da totalidade das 437.070.783 ações ordinárias de emissão da Anhanguera Educacional Participações S.A. ("Anhanguera").

Em decorrência da incorporação de ações, foram emitidas 135.362.103 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia que foram atribuídas aos acionistas da Anhanguera. Como consequência, a Anhanguera passou a ser uma controlada da Companhia.

O aumento do capital social da Companhia foi de R\$2.327.299, correspondente ao patrimônio líquido contábil da Anhanguera em 31 de dezembro de 2013, conforme laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. A diferença entre o valor total da aquisição e o valor atribuído ao capital social de R\$5.981.227 foi contabilizada como reserva de capital "Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios".

O valor total da aquisição foi determinado com base no valor da cotação de mercado (preço de fechamento) da ação da Companhia na data da aquisição (Em 3 de julho de 2014), como segue:

|  |                  |
|--|------------------|
| Quantidade de ações emitidas pela Companhia          | 135.362.103      |
| Preço de fechamento da ação da Companhia (KROT3) (*) | <u>61,38</u>     |
| Preço da aquisição                                   | <u>8.308.526</u> |

(\*) antes do desdobramento das ações

A alocação do preço de aquisição e os saldos preliminares a valor justo da Anhanguera estão demonstradas a seguir:

03/07/2014

Ativos

|   |                  |
|---|------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa                                       | 188.806          |
| Contas a receber  | 364.259          |
| Estoques  | 21.663           |
| Adiantamentos   | 6.838            |
| Tributos a recuperar  | 38.026           |
| Depósitos judiciais   | 22.669           |
| Garantia de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis | 128.788          |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                    | 416.643          |
| Imobilizado   | 744.422          |
| Intangível:   |                  |
| Ágio em participações   | 1.268.282        |
| Desenvolvimento de conteúdo   | 75.761           |
| Acordos de não concorrência   | 47.082           |
| Software  | 28.784           |
| Outros intangíveis  | 95.268           |
| Marcas (i)  | 1.805.523        |
| Licenças e rede parceira de polos (ii)                              | 490.066          |
| Carteira de clientes (iii)  | 273.118          |
| Outros ativos   | <u>115.581</u>   |
| Total do ativo  | <u>6.131.579</u> |

Passivos

|   |                    |
|---|--------------------|
| Fornecedores  | (80.032)           |
| Empréstimos e financiamentos                            | (161.785)          |
| Debêntures  | (583.272)          |
| Obrigações sociais e trabalhistas                       | (194.745)          |
| Impostos e contribuições a recolher                     | (107.529)          |
| Adiantamentos de clientes                               | (40.390)           |
| Aquisições a pagar                                      | (50.503)           |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos        | (1.050.297)        |
| Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis | (811.627)          |
| Outros passivos   | <u>(52.230)</u>    |
| Total do passivo  | <u>(3.132.410)</u> |

|  |                    |
|--|--------------------|
| Ativos líquidos  | <u>2.999.169</u>   |
| Preço de aquisição   | <u>(8.308.526)</u> |
| Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo classificado preliminarmente como ágio | <u>5.309.357</u>   |

(i) Marca com vida útil definida em 25 anos.

(ii) Licenças de operação e rede de parceria de polos com vida útil indefinida.

(iii) Carteira de clientes com vida útil definida em 3,5 anos.



O estudo de alocação final do excesso de preço será efetuado dentro do prazo de um ano do início da operação, mas a Administração não espera efeitos relevantes no resultado decorrentes da conclusão dessa alocação.

#### Resultado pró-forma

Caso a Anhanguera tivesse sido consolidada a partir de 1º de janeiro de 2014, nas demonstrações do resultado consolidado teria sido incluída uma receita líquida de R\$2.028.404 e lucro de R\$242.231 e a receita líquida consolidada da Companhia seria de R\$4.818.899 e o resultado consolidado seria de R\$1.126.414.

#### Remédios do CADE

Em 14 de maio de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, celebrou o Acordo em Controle de Concentrações - ACC, no qual a Companhia se comprometeu com uma série de medidas restritivas de mercado (Remédios), incluindo a alienação da mantenedora da Uniasselvi, que oferece cursos de graduação na modalidade de ensino a distância (EAD), sob a bandeira Uniasselvi, e também outras duas instituições de ensino superior que oferecem cursos presenciais em Rondonópolis e Cuiabá. Além disso, foi assumido o compromisso de limitar o número de alunos que poderá ser captado por suas bandeiras em determinados cursos EAD em 48 municípios específicos, até 2017. Pelo mesmo período, a Companhia se comprometeu a não utilizar concomitantemente suas bandeiras para captar novos alunos em determinados cursos EAD em municípios nos quais a Companhia e a controlada Anhanguera venham a atuar.

A Companhia iniciou as atividades internas necessárias para o total cumprimento dos Remédios do CADE, tais como: cisão parcial dos ativos e abertura das empresas, transferências de manutenção de cursos para as novas empresas; segregação das atividades administrativas, e identificação de potencial comprador. Na avaliação da Administração, na data de encerramento dessas demonstrações financeiras, as condições requeridas para classificação destes ativos como disponível para a venda não haviam sido atendidas.

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2014 estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, as premissas e as limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado:

### a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

### b) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

### c) Contas a receber

Classificados como recebíveis, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam do valor de mercado.

### d) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados.

## Consolidado

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros são como segue:

| <u>Em 31 de dezembro de 2014</u>                                    | <u>Classificação</u>        | <u>Saldo contábil</u> | <u>Valor justo</u> |
|---|-----------------------------|-----------------------|--------------------|
| Ativos:   |                             |                       |                    |
| Caixa e equivalentes de caixa                                       | Empréstimos e recebíveis    | 450.764               | 450.764            |
| Títulos e valores mobiliários (i)                                   | Empréstimos e recebíveis    | 4.568                 | 4.568              |
| Contas a receber (ii)   | Empréstimos e recebíveis    | 742.755               | 742.755            |
| Demais contas a receber   | Empréstimos e recebíveis    | 132.973               | 132.973            |
| Passivos:   |                             |                       |                    |
| Fornecedores (iv)   | Outros passivos financeiros | 184.415               | 184.415            |
| Empréstimos e financiamentos (v)                                    | Outros passivos financeiros | 48.134                | 48.134             |
| Debêntures  | Outros passivos financeiros | 897.240               | 893.984            |
| Contas a pagar – aquisições   | Outros passivos financeiros | 245.522               | 245.522            |
| Demais contas a pagar (iii)   | Outros passivos financeiros | 9.429                 | 9.429              |
| <u>Em 31 de dezembro de 2013</u>                                    | <u>Classificação</u>        | <u>Saldo contábil</u> | <u>Valor justo</u> |
| Ativos:   |                             |                       |                    |
| Caixa e equivalentes de caixa                                       | Empréstimos e recebíveis    | 418.932               | 418.932            |
| Títulos e valores mobiliários (i)                                   | Empréstimos e recebíveis    | 4.154                 | 4.154              |
| Contas a receber (ii)   | Empréstimos e recebíveis    | 354.653               | 354.653            |
| Demais contas a receber (com exceção de despesas antecipadas) (iii) | Empréstimos e recebíveis    | 25.721                | 25.721             |
| Passivos:   |                             |                       |                    |
| Fornecedores (iv)   | Outros passivos financeiros | 79.602                | 79.602             |
| Empréstimos e financiamentos (v)                                    | Outros passivos financeiros | 3.071                 | 3.071              |
| Debêntures (vi)   | Outros passivos financeiros | 546.149               | 546.149            |
| Contas a pagar - aquisições   | Outros passivos financeiros | 188.902               | 188.902            |
| Demais contas a pagar (iii)   | Outros passivos financeiros | 7.906                 | 7.906              |

- (i) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (ii) O saldo de contas a receber tem prazo médio de recebimento de 68 dias; portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia. O cálculo do prazo médio utiliza o saldo de contas a receber líquido de curto prazo dividido pela receita líquida.
- (iii) Referem-se a instrumentos acordados por meio de contrato e que serão liquidados em dinheiro; os valores justos aproximam-se do valor contábil.
- (iv) O saldo de fornecedores tem prazo médio substancialmente em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado.
- (v) A Companhia entende que, se contratasse novos arrendamentos ou empréstimos de capital de giro, com as mesmas características, os custos e encargos envolvidos seriam próximos dos valores contábeis.

## 7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

|   | Controladora      |                   | Consolidado       |                   |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|   | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Contas a receber de clientes  |                   |                   |                   |                   |
| Contrapartes sem classificação externa de crédito:  |                   |                   |                   |                   |
| Grupo 1 - ensino superior   | -                 | -                 | 1.067.270         | 441.484           |
| Grupo 2 - educação básica   | -                 | -                 | 46.204            | 36.125            |
|   | <u>-</u>          | <u>-</u>          | <u>1.113.474</u>  | <u>477.609</u>    |
| Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo: (i)                                  |                   |                   |                   |                   |
| AAA   | 96                | 5                 | 16.305            | 24.086            |
| AA  | 133               | -                 | 133               | 43                |
| A   |                   |                   | 17                |                   |
| Outros  | -                 | -                 | 380               | 64                |
|   | <u>229</u>        | <u>5</u>          | <u>16.835</u>     | <u>24.193</u>     |
| Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários circulantes e não circulantes: (i) |                   |                   |                   |                   |
| AAA   | <u>54.947</u>     | <u>1.000</u>      | <u>438.497</u>    | <u>398.893</u>    |

(i) “Rating” atribuído pelas agências de classificação de risco Fitch Ratings e Standard & Poor’s (S&P).

## 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

|                               | Controladora      |                   | Consolidado       |                   |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                               | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Conta corrente                | 230               | 5                 | 16.835            | 24.193            |
| Aplicações financeiras        |                   |                   |                   |                   |
| Fundo de renda fixa (i)       | -                 | 1.000             | 19.875            | 12.909            |
| Fundo de investimento (ii)    | -                 | -                 | 228.642           | -                 |
| Fundo exclusivo (iii)         | 48.729            | -                 | 165.021           | 372.273           |
| CDB (iv)                      | 6.218             | -                 | 6.310             | 8.557             |
| Notas e letras do tesouro (v) | -                 | -                 | 14.081            | -                 |
| Título de capitalização       | -                 | -                 | -                 | 1.000             |
|                               | <u>55.177</u>     | <u>1.005</u>      | <u>450.764</u>    | <u>418.932</u>    |

(i) Referem-se a aplicações financeiras em fundo de renda fixa, de excedente de caixa diário, com remuneração média de 70% do CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

- (ii) Referem-se a aplicações financeiras em fundo constituído na forma de fundo de investimento com alta liquidez, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, a carteira é composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do fundo Atenas está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e títulos do Tesouro Nacional - Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Letras do Tesouro Nacional - LTN, Letras Financeiras - LF e outras aplicações com indexados ao CDI, sendo 68,3% de crédito privado - bancos e 31,7% em títulos do Tesouro. A rentabilidade do Fundo tem atingido a média de 103,3% do CDI.

- (iii) Referem-se a aplicações financeiras em fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, a carteira é composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do fundo Tenerife está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e títulos do Tesouro Nacional - Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Letras do Tesouro Nacional - LTN, Letras Financeiras - LF e outras aplicações com indexados ao CDI, sendo 55,5% de crédito privado - bancos e 44,5% em títulos do Tesouro. A rentabilidade do Fundo tem atingido a média de 103,6% do CDI.

- (iv) Refere-se a aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados ao CDI. A rentabilidade média foi de 100,1% do CDI.

- (v) Composto por Notas do Tesouro Nacional – NTN.

## 9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - NÃO CIRCULANTES

|                 | Consolidado  |              |
|-----------------|--------------|--------------|
|                 | 31/12/2014   | 31/12/2013   |
| CDB (i)         | 4.568        | 500          |
| Debêntures (ii) | -            | 3.654        |
|                 | <u>4.568</u> | <u>4.154</u> |

- (i) São aplicações que não possuem liquidez imediata e foram classificadas como não circulantes atrelados ao CDI com rentabilidade de 100% do CDI.
- (ii) São aplicações compromissadas atreladas às debêntures emitidas por terceiros e não possuem liquidez imediata.

## 10. CONTAS A RECEBER - CONSOLIDADO

|   | <u>Consolidado</u> |                   |
|---|--------------------|-------------------|
|   | <u>31/12/2014</u>  | <u>31/12/2013</u> |
| Ensino superior (i)                           | 1.067.270          | 441.484           |
| Educação básica                               | <u>47.812</u>      | <u>36.125</u>     |
|   | 1.115.082          | 477.609           |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa |                    |                   |
| Ensino superior                               | (353.922)          | (114.105)         |
| Educação básica                               | <u>(5.854)</u>     | <u>(7.865)</u>    |
|   | (359.776)          | (121.970)         |
| Contas a receber de clientes, líquidas (ii)   | 755.306            | 355.639           |
| Ajuste a valor presente (iii)                 | <u>(12.551)</u>    | <u>(986)</u>      |
|   | <u>742.755</u>     | <u>354.653</u>    |
| Circulante                                    | 732.410            | 328.141           |
| Não circulante (iv)                           | 10.345             | 26.512            |

- (i) No segmento de ensino superior presencial, a Companhia possui alunos contemplados pelo Programa FIES.

Conforme a legislação que instituiu esse Programa, a Companhia recebe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE repasses correspondentes (98% sem Fundo garantidor e 94,2% com fundo garantidor) ao montante financiado por seus alunos. Adicionalmente, a Companhia pode também compensar tributos federais com os montantes a serem repassados pelo FNDE.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2014, as contas a receber do FIES, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$314.538 (R\$153.268 em 31 de dezembro de 2013).
- (iii) O ajuste a valor presente é calculado somente sobre os saldos das contas a receber com vencimentos futuros, cujos juros foram reconhecidos na data presente. A taxa média utilizada foi de 6,2% ao ano.
- (iv) Refere-se a renegociações e créditos estudantis (ensino superior). Somente as mensalidades de ensino superior vencidas até 365 dias permanecem registradas no contas a receber. Os títulos vencidos acima de 365 dias são baixados, assim como sua respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa.

|  | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Baixa dos títulos vencidos há mais de 365 dias | <u>(125.322)</u>  | <u>(65.736)</u>   |

A Companhia não possui operações de desconto de duplicata em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada a seguir:

|   | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Valores a vencer (i)                          | 626.157           | 263.872           |
| Vencidos:                                     |                   |                   |
| Até 30 dias                                   | 98.719            | 40.661            |
| Entre 31 e 60 dias                            | 83.339            | 34.749            |
| Entre 61 e 90 dias                            | 51.879            | 18.878            |
| Entre 91 e 365 dias                           | 254.988           | 119.449           |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (359.776)         | (121.970)         |
| Ajuste a valor presente                       | <u>(12.551)</u>   | <u>(986)</u>      |
|   | <u>742.755</u>    | <u>354.653</u>    |

(i) Os valores a receber do FIES estão classificados nesta rubrica.

A Companhia constitui mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando as “safras” mensais de recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando a performance de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda que é recorrentemente provisionado. A probabilidade de perda aumenta conforme o tempo de atraso do pagamento, e quando o atraso atinge uma faixa superior a 365 dias o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua ocorrência.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Companhia é responsável por uma parcela de eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos sem fundo garantidor, a Companhia é responsável por 15% de uma eventual inadimplência do aluno. Para contratos com fundo garantidor a Companhia é responsável por 1,5% de uma eventual inadimplência do aluno.

As movimentações na provisão para perdas de contas a receber da Companhia são as seguintes:

|   |                  |
|---|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2012                           | (95.363)         |
| Baixa contra contas a receber                             | 65.736           |
| Constituição  | <u>(92.343)</u>  |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013                           | (121.970)        |
| Baixa contra contas a receber                             | 125.322          |
| Constituição  | (147.542)        |
| Adição proveniente de adquirida - (nota explicativa nº 5) | <u>(215.586)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014                           | <u>(359.776)</u> |

## 11. ESTOQUES

|   | Consolidado       |                   |
|---|-------------------|-------------------|
|   | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Livros e coleções “Pitágoras”                 | 22.022            | 15.599            |
| Livros didáticos – Programa Livro Texto “PLT” | 20.036            | -                 |
| Livros comerciais                             | 1.301             | 5.575             |
| Outros  | 210               | -                 |
| Provisão para perdas (i)                      | <u>(7.493)</u>    | <u>(4.532)</u>    |
|   | <u>36.076</u>     | <u>16.642</u>     |

- (i) A provisão para perdas prováveis sobre os estoques de livros e coleções de exercícios anteriores é calculada com base na expectativa de realização destes.

O custo dos estoques reconhecidos como custo dos produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$40.216 (R\$24.859 em 31 de dezembro de 2013).

A movimentação da provisão para perda nos estoques está demonstrada a seguir:

|  |                |
|--|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2012                              | (1.410)        |
| Constituição   | (3.834)        |
| Baixas   | <u>712</u>     |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013                              | (4.532)        |
| Adições provenientes de adquiridas – (nota explicativa nº 5) | (2.855)        |
| Constituição   | (4.752)        |
| Baixa  | <u>4.646</u>   |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014                              | <u>(7.493)</u> |

## 12. ADIANTAMENTOS

|                                | Consolidado       |                   |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
|                                | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Fornecedores:                  |                   |                   |
| Campus Betim (i)               | 4.146             | 6.669             |
| Campus Teixeira de Freitas (i) | 89                | -                 |
| Campus Macapá (i)              | -                 | 341               |
| Campus Raja (i)                | 1.390             | -                 |
| Campus Valadares (i)           | 700               | 450               |
| Campus Barreiro (i)            | 3.000             | 3.000             |
| Campus Londrina (i)            | 847               | -                 |
| Campus São José (i)            | 1.680             | -                 |
| Plano de comunicação (ii)      | -                 | 1.807             |
| Empregados (iii)               | 29.178            | 12.666            |
| Repasse para polos de EAD (iv) | 5.340             | 1.247             |
| Viagens                        | 628               | 530               |
| Outros                         | <u>5.541</u>      | <u>2.224</u>      |
|                                | <u>52.539</u>     | <u>28.934</u>     |
| Circulante                     | 49.962            | 25.320            |
| Não circulante                 | 2.577             | 3.614             |



- (i) Refere-se a antecipações a fornecedores para construção e manutenção dos prédios das unidades de ensino superior de Betim, Teixeira de Freitas, Raja, Valadares, Barreiro, Londrina e São José. Esses valores são classificados como recuperáveis, pois serão compensados no pagamento mensal dos aluguéis e corrigidos mensalmente, conforme determinado em contrato. Todos têm prazo de realização em até dois anos, com exceção de Betim e São José, cuja expectativa excede esse prazo.
- (ii) Refere-se a adiantamentos para agências de publicidade para desenvolvimento de campanhas de marketing.
- (iii) Refere-se principalmente a adiantamentos de férias a funcionários.
- (iv) Refere-se a recebíveis de alunos que são adiantados pela Companhia aos polos de EAD para a manutenção da operação. À medida que os recebimentos dos alunos ocorrem, os valores são deduzidos do saldo de repasse adiantado ao polo.

### 13. TRIBUTOS A RECUPERAR

|                                     | Controladora      |                   | Consolidado       |                   |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                                     | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Circulante:                         |                   |                   |                   |                   |
| IRPJ e CSLL a recuperar (i)         | 1.036             | 1.227             | 44.384            | 16.679            |
| PIS, Cofins e ISS a recuperar (iii) | -                 | -                 | 5.761             | 2.835             |
| INSS a recuperar (ii)               | -                 | -                 | 3.985             | 1.061             |
| Outros tributos a recuperar (iv)    | -                 | -                 | 615               | 2.166             |
| ICMS a recuperar                    | <u>-</u>          | <u>-</u>          | <u>332</u>        | <u>115</u>        |
|                                     | <u>1.036</u>      | <u>1.227</u>      | <u>55.077</u>     | <u>22.856</u>     |
| Não circulante-                     |                   |                   |                   |                   |
| Outros tributos a recuperar         | <u>-</u>          | <u>-</u>          | <u>6.282</u>      | <u>6.324</u>      |

- (i) Refere-se a IRRF e saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados por estimativa, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil.
- (ii) Refere-se a tributos retidos na fonte vinculados à emissão de notas fiscais da prestação de serviços.
- (iii) Refere-se a tributos retidos na fonte por clientes pessoa jurídica.
- (iv) Trata-se de parcelas de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis IV, instituído pela Lei nº 11.941/09.

#### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

##### a) Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social, aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

|  | Controladora      |                   |
|--|-------------------|-------------------|
|  | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social do exercício (CSLL)                    | 975.193           | 516.571           |
| Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %                            | <u>34</u>         | <u>34</u>         |
| IRPJ e CSLL às alíquotas nominais  | <u>(331.566)</u>  | <u>(175.634)</u>  |
| Reconciliação:   |                   |                   |
| Equivalência patrimonial   | 386.777           | 180.135           |
| Adições (exclusões) líquidas (ii)  | (51.597)          | (4.350)           |
| IRPJ e CSLL diferidos sobre a amortização do ágio  | 25.407            | -                 |
| IRPJ e CSLL diferidos não constituídos   | <u>(3.614)</u>    | <u>(151)</u>      |
| Total IRPJ e CSLL  | <u>25.407</u>     | <u>-</u>          |
| IRPJ e CSLL diferidos no resultado   | 25.407            | -                 |
|  | Consolidado       |                   |
|  | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício                                  | 1.015.841         | 533.540           |
| Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %                            | <u>34</u>         | <u>34</u>         |
| IRPJ e CSLL às alíquotas nominais  | <u>(345.386)</u>  | <u>(181.404)</u>  |
| Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i)   | 338.893           | 145.307           |
| IRPJ e CSLL não constituídas sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (ii)                     | (24.760)          | 2.525             |
| Compensações de prejuízos fiscais e base negativa em controladas com créditos fiscais não constituídos | 1.724             | 7.342             |
| IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas                    | (7.215)           | (2.877)           |
| Outros   | 1.232             | 105               |
| Compensação de Parcelamentos com Prejuízos Fiscais (v)   | 6.576             | -                 |
| IRPJ e CSLL diferidos, líquidos – constituídos no exercício  | <u>13.695</u>     | <u>12.033</u>     |
| Total IRPJ e CSLL  | <u>(15.241)</u>   | <u>(16.969)</u>   |
| IRPJ e CSLL correntes no resultado   | (28.936)          | (19.023)          |
| IRPJ e CSLL diferidos no resultado   | 13.695            | 2.054             |

(i) Corresponde ao benefício fiscal da Lei nº 11.096 de 2005 (ProUni), calculado pelo método do lucro da exploração sobre as atividades incentivadas (vide item c).

(ii) As principais adições e exclusões são: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para participação de funcionários nos lucros e provisão para perdas fiscais, trabalhistas e cíveis, amortização do ágio alocado em participações societárias, além dos ajustes de RTT relativos ao Ajuste a Valor Presente, diferença entre as taxas de depreciação fiscal e contábil e o “deemed cost” dos ativos.



- (iii) Referem-se às controladas PAX e AESA Imobiliária optantes pelo Lucro Presumido no exercício 2014. O Lucro Presumido é o regime de tributação onde o recolhimento do Imposto de Renda e a Contribuição Social tem como base de cálculo a alíquota de presunção de Lucro (32% para as atividades de serviços) sobre o faturamento da Companhia.
- (iv) A Companhia utilizou-se do benefício de quitação de parcelamentos federais constante da Lei nº 13.043/2014, com isso utilizando-se créditos tributários oriundos de Prejuízos Fiscais de empresas controladas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos diferidos em 31 de dezembro de 2014 estão registrados em diversas empresas do grupo.

De acordo com as projeções, ajustadas a valor presente e refletindo a expectativa de determinadas reestruturações societárias, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos, sendo possível a antecipação:

|  | Consolidado       |                   |
|--|-------------------|-------------------|
|  | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL | 191.377           | 1.498             |
| Diferenças Temporárias do Lucro Real   | 231.609           | -                 |
| Outros ajustes                         | <u>11.863</u>     | <u>-</u>          |
|  | <u>434.849</u>    | <u>1.498</u>      |

- (i) O IRPJ e CSLL diferidos apurados sobre diferenças temporárias são provenientes dos ajustes de adição ao Lucro Real efetuados no cálculo tributário de provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos sobre ajustes de RTT são provenientes das diferenças contábeis com base na lei 11.638/2007 em relação ao procedimento anteriormente adotado, relativos ao ajuste a valor presente e diferenças entre as taxas de depreciação fiscal e contábil das empresas do grupo Anhanguera integradas à Companhia neste exercício;

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos, sendo possível a antecipação:

|           | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|-----------|-------------------|-------------------|
| 2015-2016 | 36.843            | -                 |
| 2017-2018 | 103.530           | 353               |
| 2019-2020 | 178.498           | 387               |
| 2020-2021 | 73.430            | 424               |

2022-2023

42.548  
434.849

334  
1.498

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos são demonstrados conforme segue:

Controladora

|                                   |                   | <u>Efeito no resultado</u> |               |                  |                   |
|-----------------------------------|-------------------|----------------------------|---------------|------------------|-------------------|
|                                   |                   | Amortização                |               | Por              |                   |
|                                   |                   | do ágio                    |               | aquisição        |                   |
|                                   |                   | alocado aos                |               |                  |                   |
|                                   | <u>31/12/2013</u> | <u>intangíveis</u>         | <u>Outros</u> |                  | <u>31/12/2014</u> |
| <u>No passivo</u>                 |                   |                            |               |                  |                   |
| Ágio sobre combinação de negócios | <u>-</u>          | <u>25.407</u>              | <u>-</u>      | <u>(840.627)</u> | <u>(815.220)</u>  |

Consolidado

|   |                   | <u>Efeito no resultado</u> |                 |                    |                    |
|---|-------------------|----------------------------|-----------------|--------------------|--------------------|
|   |                   | Amortização                |                 | Por                |                    |
|   |                   | do ágio                    |                 | Aquisição          |                    |
|   |                   | alocado aos                |                 |                    |                    |
|   | <u>31/12/2013</u> | <u>intangíveis</u>         | <u>Outros</u>   |                    | <u>31/12/2014</u>  |
| <u>No ativo</u>                         |                   |                            |                 |                    |                    |
| Imposto de renda e contribuição social: |                   |                            |                 |                    |                    |
| Prejuízos fiscais e base negativa CSLL  | 1.498             | -                          | (1.498)         | 191.377            | 191.377            |
| Diferenças temporárias do lucro real    | -                 | -                          | 14.926          | 216.683            | 231.609            |
| Outros ajustes                          | <u>-</u>          | <u>-</u>                   | <u>-</u>        | <u>11.862</u>      | <u>11.862</u>      |
| Ativo não circulante                    | <u>1.498</u>      | <u>-</u>                   | <u>13.428</u>   | <u>419.922</u>     | <u>434.848</u>     |
| <u>No passivo</u>                       |                   |                            |                 |                    |                    |
| Ágio sobre combinação de negócios       | (158.972)         | 37.440                     | (37.173)        | (1.015.953)        | (1.174.658)        |
| Outros ajustes                          | <u>-</u>          | <u>-</u>                   | <u>-</u>        | <u>(37.294)</u>    | <u>(37.294)</u>    |
|   | <u>(158.972)</u>  | <u>37.440</u>              | <u>(37.173)</u> | <u>(1.053.247)</u> | <u>(1.211.952)</u> |

A variação do Imposto de Renda e Contribuição Social Ativo Diferido referente ao Ajuste de RTT refere-se às diferenças entre os efeitos fiscais e contábeis de ajuste a valor presente e taxas de depreciação, contemplados nas linhas de outros ajustes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são substancialmente provenientes do ágio alocado decorrentes de aquisições e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes de prejuízos fiscais e saldos de adições ao Lucro Real de exercícios anteriores e atual, primordialmente.

c) Incentivos fiscais

O ProUni estabelece por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais às instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As empresas de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas nesse programa.

Segundo a Instrução Normativa nº 456, de 5 de outubro de 2004, da Secretaria da Receita Federal, uma instituição de ensino superior privada que aderiu ao ProUni fica isenta, total ou parcialmente, dos seguintes impostos, durante o período em que o termo de adesão estiver em vigor:

- i. Imposto de renda e contribuição social com relação à parcela do lucro líquido proporcional às receitas provenientes de cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.
- ii. Cofins e PIS referentes às receitas provenientes dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Devido à isenção desses tributos a quem adere ao ProUni, as controladas que possuem prejuízo fiscal e base negativa não efetuam contabilização de créditos tributários, devido a relevância de sua alíquota efetiva. Os créditos tributários não constituídos em virtude do ProUni no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$456.605.

Adicionalmente, as controladas que têm como atividade principal a comercialização de livros gozam do benefício do não recolhimento do PIS e da Cofins sobre as receitas provenientes da venda de livros no mercado interno, conforme estabelecido pelo artigo 28 da Lei nº 10.865/04. Essas controladas também gozam da não incidência do ICMS sobre a circulação de livros didáticos.

Com a publicação da Instrução Normativa 1.394 de 06 de setembro de 2013, a RFB regulamentou o cálculo da isenção parcial com a aplicação do POEB – Proporcional de Ocupação Efetiva de Bolsas. Com isso, a partir de 2015, a instituição que não atingir a meta estipulada pela Lei 11.096/2005, terá a isenção proporcional conforme o POEB.

## 15. DEMAIS CONTAS A RECEBER

|                                    | Controladora      |                   | Consolidado       |                   |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                                    | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Circulante:                        |                   |                   |                   |                   |
| Operações de cartão de crédito (i) | -                 | -                 | 15.639            | 4.775             |
| Direitos sobre cessão de bens (ii) | -                 | -                 | 1.421             | 496               |
| Despesas antecipadas (iii)         | -                 | 3                 | 5.135             | 1.201             |
| Crédito com adquiridas (iv)        | -                 | -                 | 74.631            | 16.716            |
| Venda de imóveis (vi)              | -                 | -                 | 28.386            | -                 |
| Outros                             | <u>12</u>         | <u>-</u>          | <u>1.070</u>      | <u>-</u>          |
|                                    | <u>12</u>         | <u>3</u>          | <u>126.282</u>    | <u>23.188</u>     |
| Não circulante:                    |                   |                   |                   |                   |
| Venda da controlada Suesc (v)      | -                 | -                 | 2.882             | 2.533             |
| Venda de Imóveis (vi)              | <u>-</u>          | <u>-</u>          | <u>3.809</u>      | <u>-</u>          |
|                                    | <u>-</u>          | <u>-</u>          | <u>6.691</u>      | <u>2.533</u>      |

- (i) Saldo a receber das operadoras de cartão de crédito referente aos pagamentos dos alunos por meio dessa modalidade.
- (ii) Saldos a receber pela transferência de propriedade aos polos de EAD de equipamentos de informática e audiovisuais. A controlada EDE mantém contratos para compra de bens por meio de arrendamento financeiro e transfere os bens aos polos parceiros. A controlada mantém, dessa forma, arrendamento mercantil financeiro, conforme a nota explicativa nº 20.
- (iii) Referem-se aos saldos de despesas antecipadas representados principalmente por pagamentos antecipados de material didático dos cursos de EAD e por prêmios de seguro.
- (iv) A controlada Anhanguera Educacional S.A registrou um ativo de reembolso em função dos direitos contratuais de ressarcimento dos ex-proprietários da Academia Paulista Anchieta Ltda. (APA) no montante atualizado de R\$47.233 referente ao saldo a recolher de ISS parcelado através do programa de parcelamento incentivado (PPI) da prefeitura de São Paulo.

A Companhia possui saldos a receber no montante de R\$8.325 corresponde a ressarcimento de despesas pagas de antigos proprietários.

A controlada Unirondon possui débitos previdenciários perante o INSS, no montante de R\$6.596, que serão quitados em 60 parcelas, sendo as parcelas pagas pela Companhia e de responsabilidade dos vendedores. A Companhia fará o desconto das parcelas a pagar pela aquisição.

As demais controladas somadas possuem o saldo de R\$11.059 referente a impostos e sucumbências garantidos pelos antigos vendedores.



- (v) O valor a receber pela venda da Suesc, ocorrida em abril de 2011, está vinculado ao saldo remanescente do passivo fiscal do ISS, conforme decisão final a ser proferida no âmbito do processo de execução fiscal ajuizado pelo Município do Rio de Janeiro. Se favorável, a Companhia terá o direito de receber do comprador o valor acordado entre as partes e, com isso, poderá reverter o passivo. Em caso desfavorável, a Companhia pagará a diferença entre o preço definido em contrato e o valor da causa. O valor a pagar está registrado na rubrica “demais contas a pagar” do passivo não circulante. O saldo é corrigido mensalmente por 1%.
- (vi) Substancialmente refere-se ao saldo a receber pela venda em 19 de agosto de 2013 de imóvel do Morumbi, situado no município de São Paulo, o qual possui saldo corrigido a receber de R\$25.820 em 12 parcelas mensais. O saldo é corrigido mensalmente por 100% do CDI.

## 16. INVESTIMENTOS

### a) Composição

|                                    | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Investimentos em controladas:      |                   |                   |
| EDE                                | 2.860.824         | 2.579.780         |
| Anhanguera                         | 1.668.830         | -                 |
| Subtotal                           | 4.529.654         | 2.579.780         |
| Ágio e ágio alocado Anhanguera (i) | <u>7.821.927</u>  | <u>-</u>          |
| Total                              | <u>12.351.581</u> | <u>2.579.780</u>  |

- (i) A movimentação do ágio alocado proveniente da combinação de negócios com a Anhanguera está informada na nota explicativa nº 5 - Combinação de negócio e nota explicativa nº 18 - Intangível.

### b) Informação sobre investimentos das controladoras diretas:

#### Controlada EDE

|                                    | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Quantidade de ações possuídas      | 2.160.752.536     | 2.160.752.536     |
| Participação no capital social - % | 100               | 100               |
| Capital social                     | 2.160.753         | 2.160.753         |
| Patrimônio líquido                 | 2.860.824         | 2.592.252         |
| Lucro do exercício                 | 1.021.162         | 529.808           |
| Saldo contábil do investimento     | 2.860.824         | 2.579.780         |
| Equivalência patrimonial           | 1.021.162         | 529.808           |

Controlada Anhanguera

31/12/2014

|                                    |             |
|------------------------------------|-------------|
| Quantidade de ações possuídas      | 437.070.783 |
| Participação no capital social - % | 100         |
| Capital social                     | 1.928.435   |
| Patrimônio líquido (i)             | 1.668.830   |
| Lucro do exercício (ii)            | 116.417     |
| Saldo contábil do investimento     | 1.668.830   |
| Equivalência patrimonial           | 116.417     |

A movimentação do investimento é como segue:

|                                       | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial                         | 2.579.780         | 2.186.232         |
| Aumento de capital                    | 126.170           | 3.930             |
| Adição decorrente de associação (i)   | 1.426.240         | -                 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 1.137.579         | 529.808           |
| Dividendos (iii)                      | (740.115)         | (140.190)         |
| Ágio e ágio alocado Anhanguera        | <u>7.821.927</u>  | <u>-</u>          |
| Saldo final                           | <u>12.351.581</u> | <u>2.579.780</u>  |

(i) Em 3 de julho de 2014, foi aprovado o acordo de associação com a Anhanguera Educação Participações S.A. A partir dessa data, a empresa tornou-se uma controlada da Companhia.

(ii) Lucro do exercício de 3 de julho a 31 de dezembro de 2014.

(iii) Dividendos adicionais sobre o lucro líquido ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e dividendos sobre o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2014.

c) Informações sobre investimentos da controlada EDE em suas respectivas controladas diretas e indiretas:

|           | Quantidade de cotas possuídas |                   | Capital social    |                   | Patrimônio líquido |                   |
|-----------|-------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
|           | <u>31/12/2014</u>             | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u>  | <u>31/12/2013</u> |
| Ceama     | 34.958.305                    | 34.078.305        | 34.958            | 34.078            | 66.998             | 37.722            |
| Fais      | 8.228.752                     | 8.228.752         | 8.229             | 8.229             | 10.823             | 14.427            |
| GK        | 5.471.044                     | 5.471.044         | 5.471             | 5.471             | 6.505              | 6.229             |
| Orme      | 78.854.388                    | 51.344.388        | 78.854            | 51.344            | 38.370             | 19.801            |
| Pax       | 11.031.163                    | 11.031.163        | 11.031            | 11.031            | 11.545             | 15.364            |
| Projecta  | 10.234.275                    | 10.234.275        | 10.234            | 10.234            | 4.223              | 5.760             |
| Pses      | 127.296.879                   | 127.296.879       | 127.297           | 127.297           | 195.107            | 263.819           |
| Spes      | 23.480.389                    | 18.031.325        | 23.480            | 18.031            | 24.101             | 21.961            |
| União     | 6.708.878                     | 6.708.878         | 6.709             | 6.709             | 10.466             | 4.757             |
| Unirondon | 28.025.000                    | 28.025.000        | 28.025            | 28.025            | 31.519             | 23.866            |
| Assevim   | 6.195.918                     | 6.195.918         | 6.196             | 6.196             | 6.496              | 5.086             |
| Fameg     | 6.471.685                     | 6.471.685         | 6.472             | 6.472             | 7.450              | 6.292             |
| Famelages | 4.030.842                     | 4.030.842         | 4.031             | 4.031             | 871                | 1.676             |
| Famesul   | 13.942.641                    | 13.942.641        | 13.943            | 13.943            | 5.372              | 4.081             |

|                  | Quantidade de cotas possuídas |             | Capital social |            | Patrimônio líquido |            |
|------------------|-------------------------------|-------------|----------------|------------|--------------------|------------|
|                  | 31/12/2014                    | 31/12/2013  | 31/12/2014     | 31/12/2013 | 31/12/2014         | 31/12/2013 |
| Uniasselvi       | 1.690.000                     | 1.690.000   | 1.690          | 1.690      | 55.176             | 83.136     |
| Iuni             | 296.932.868                   | 291.911.168 | 296.933        | 291.911    | 351.163            | 314.662    |
| Unic Educacional | 75.515.856                    | 75.515.856  | 75.516         | 75.516     | 107.564            | 82.610     |
| Unime Salvador   | 13.726.544                    | 13.726.544  | 13.727         | 13.727     | 22.874             | 25.349     |
| Unime LF         | 37.409.183                    | 37.409.183  | 37.409         | 37.409     | 60.789             | 78.165     |
| Fama Macapá      | 11.619.489                    | 11.619.489  | 11.619         | 11.619     | 22.235             | 44.192     |

|                  | Ativo total |            | Passivo total |            | Receita líquida |            |
|------------------|-------------|------------|---------------|------------|-----------------|------------|
|                  | 31/12/2014  | 31/12/2013 | 31/12/2014    | 31/12/2013 | 31/12/2014      | 31/12/2013 |
| Ceama            | 74.901      | 55.865     | 7.903         | 18.143     | 42.950          | 26.238     |
| Fais             | 14.092      | 15.986     | 3.269         | 1.559      | 23.838          | 15.783     |
| GK               | 7.472       | 6.798      | 967           | 568        | 6.077           | 4.690      |
| Orme             | 40.868      | 24.422     | 2.498         | 4.620      | 15.780          | 10.204     |
| Pax              | 19.293      | 17.667     | 7.749         | 2.303      | 23.850          | 18.451     |
| Projecta         | 4.710       | 6.228      | 488           | 468        | 7               | 1.922      |
| Pses             | 237.904     | 287.542    | 42.798        | 23.723     | 400.568         | 265.364    |
| Spes             | 32.088      | 34.254     | 7.987         | 12.293     | 57.012          | 51.570     |
| União            | 12.874      | 6.489      | 2.408         | 1.732      | 13.669          | 8.012      |
| Unirondon        | 59.489      | 54.885     | 27.970        | 31.019     | 32.772          | 26.163     |
| Assevim          | 7.501       | 8.548      | 1.005         | 3.462      | 8.233           | 6.803      |
| Fameg            | 8.716       | 9.860      | 1.265         | 3.568      | 14.500          | 11.237     |
| Famelages        | 1.106       | 2.424      | 236           | 748        | -               | -          |
| Famesul          | 6.730       | 9.097      | 1.358         | 5.016      | 5.688           | 3.917      |
| Uniasselvi       | 80.038      | 154.852    | 24.863        | 71.716     | 235.085         | 205.152    |
| Iuni             | 406.875     | 392.914    | 55.712        | 78.252     | 323.248         | 238.175    |
| Unic Educacional | 129.189     | 100.491    | 24.939        | 17.881     | 207.614         | 138.547    |
| Unime Salvador   | 28.539      | 30.235     | 5.665         | 4.886      | 42.194          | 28.566     |
| Unime LF         | 84.080      | 120.626    | 23.291        | 42.461     | 122.463         | 85.256     |
| Fama Macapá      | 29.887      | 50.580     | 7.652         | 6.388      | 81.110          | 45.010     |

|                  | Lucro (prejuízo) líquido |            | Saldo contábil do investimento |            | Equivalência patrimonial |            |
|------------------|--------------------------|------------|--------------------------------|------------|--------------------------|------------|
|                  | 31/12/2014               | 31/12/2013 | 31/12/2014                     | 31/12/2013 | 31/12/2014               | 31/12/2013 |
| Ceama            | 33.397                   | 11.817     | 66.998                         | 37.722     | 33.397                   | 11.817     |
| Fais             | 14.336                   | 8.630      | 10.823                         | 14.427     | 14.336                   | 8.630      |
| GK               | 1.296                    | 1.290      | 6.505                          | 6.229      | 1.296                    | 1.290      |
| Orme             | (8.941)                  | (9.743)    | 38.370                         | 19.801     | (8.941)                  | (9.743)    |
| Pax              | 2.961                    | 2.211      | 11.544                         | 15.364     | 2.961                    | 2.211      |
| Projecta         | (1.536)                  | (106)      | 4.222                          | 5.760      | (1.536)                  | (106)      |
| Pses             | 211.638                  | 111.081    | 195.106                        | 263.819    | 211.638                  | 111.081    |
| Spes             | 9.937                    | 2.621      | 24.101                         | 21.961     | 9.937                    | 2.621      |
| União            | 6.269                    | 1.179      | 10.466                         | 4.757      | 6.269                    | 1.179      |
| Unirondon        | 15.993                   | 10.006     | 31.519                         | 23.866     | 15.993                   | 10.006     |
| Assevim          | 1.410                    | 1.082      | 6.496                          | 5.086      | 1.410                    | 1.082      |
| Fameg            | 4.396                    | 2.256      | 7.451                          | 6.292      | 4.396                    | 2.256      |
| Famelages        | (806)                    | (567)      | 870                            | 1.676      | (806)                    | (567)      |
| Famesul          | 1.291                    | (59)       | 5.372                          | 4.081      | 1.291                    | (59)       |
| Uniasselvi       | 96.570                   | 75.694     | 55.175                         | 83.136     | 96.570                   | 75.694     |
| Iuni             | 310.629                  | 132.683    | 354.478                        | 314.662    | 313.944                  | 132.683    |
| Unic Educacional | 120.535                  | 67.779     | 104.250                        | 82.610     | 123.850                  | 67.779     |
| Unime Salvador   | 15.893                   | 9.791      | 22.874                         | 25.349     | 15.893                   | 9.791      |
| Unime LF         | 120.519                  | 50.616     | 81.389                         | 78.165     | 120.519                  | 50.616     |
| Fama Macapá      | 54.443                   | 26.010     | 42.835                         | 44.192     | 54.443                   | 26.010     |

d) Informações sobre investimentos da controlada Anhanguera - Anhanguera Educacional Participações S.A em suas respectivas controladas diretas e indiretas:

|                         | Quantidade de cotas possuídas |                   | Capital social    |                   | Patrimônio líquido |                   |
|-------------------------|-------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
|                         | <u>31/12/2014</u>             | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u>  | <u>31/12/2013</u> |
| Nakspe (Clínica Médica) | 20.500                        | -                 | 21                | -                 | 491                | -                 |
| UniPli                  | 44.590.778                    | -                 | 44.591            | -                 | 92.829             | -                 |
| Fac Luiz Rosa           | 1.754.406                     | -                 | 1.754             | -                 | 5.510              | -                 |
| AESA Imob I             | 20.721.553                    | -                 | 20.722            | -                 | 18.717             | -                 |
| AESA Imob II            | 12.880.324                    | -                 | 12.880            | -                 | 13.571             | -                 |
| AESA Imob III           | 7.187.106                     | -                 | 7.187             | -                 | 7.031              | -                 |
| FIDC                    | 31.405                        | -                 | 31.405            | -                 | 54.960             | -                 |
| Juspodivm               | 12.829.000                    | -                 | 12.829            | -                 | 1.247              | -                 |
| Anhanguera              | 1.456.464.361                 | -                 | 1.456.464         | -                 | 1.443.942          | -                 |

|                         | Ativo total       |                   | Passivo total     |                   | Receita líquida   |                   |
|-------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|                         | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Nakspe (Clínica Médica) | 506               | -                 | 14                | -                 | -                 | -                 |
| UniPli                  | 119.411           | -                 | 26.597            | -                 | 95.190            | -                 |
| Fac Luiz Rosa           | 5.774             | -                 | 264               | -                 | 3.216             | -                 |
| AESA Imob I             | 24.034            | -                 | 5.316             | -                 | -                 | -                 |
| AESA Imob II            | 15.045            | -                 | 1.475             | -                 | -                 | -                 |
| AESA Imob III           | 7.456             | -                 | 425               | -                 | -                 | -                 |
| FIDC                    | 55.021            | -                 | 62                | -                 | 15.793            | -                 |
| Juspodivm               | 1.741             | -                 | 495               | -                 | 195               | -                 |
| Anhanguera              | 2.498.817         | -                 | 1.066.050         | -                 | 1.842.203         | -                 |

|                         | Lucro (prejuízo) líquido |                   | Saldo contábil do investimento |                   | Equivalência patrimonial |                   |
|-------------------------|--------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|
|                         | <u>31/12/2014</u>        | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u>              | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u>        | <u>31/12/2013</u> |
| Nakspe (Clínica Médica) | 17                       | -                 | 491                            | -                 | 17                       | -                 |
| UniPli                  | 24.381                   | -                 | 92.814                         | -                 | 24.381                   | -                 |
| Fac Luiz Rosa           | 2.296                    | -                 | 5.510                          | -                 | 2.296                    | -                 |
| AESA Imob I             | 911                      | -                 | 18.717                         | -                 | 911                      | -                 |
| AESA Imob II            | 610                      | -                 | 13.571                         | -                 | 610                      | -                 |
| AESA Imob III           | 284                      | -                 | 7.031                          | -                 | 284                      | -                 |
| FIDC                    | 4.932                    | -                 | 54.960                         | -                 | 4.932                    | -                 |
| Juspodivm               | (1.232)                  | -                 | 1.247                          | -                 | (1.232)                  | -                 |
| Anhanguera              | 114.212                  | -                 | 1.432.767                      | -                 | 114.212                  | -                 |

## 17. IMOBILIZADO

### Consolidado

|                                   | Taxa média anual de depreciação - % | 31/12/2014       |                       |                     | 31/12/2013     |                       |                     |
|-----------------------------------|-------------------------------------|------------------|-----------------------|---------------------|----------------|-----------------------|---------------------|
|                                   |                                     | Custo            | Depreciação acumulada | Imobilizado Líquido | Custo          | Depreciação acumulada | Imobilizado Líquido |
| Equipamentos de informática       | 20                                  | 175.023          | (96.940)              | 78.083              | 73.211         | (46.702)              | 26.509              |
| Móveis, equipamentos e utensílios | 10                                  | 435.923          | (169.412)             | 266.511             | 178.636        | (76.100)              | 102.536             |
| Biblioteca                        | 10                                  | 202.823          | (105.032)             | 97.791              | 91.087         | (44.078)              | 47.009              |
| Edificações e benfeitorias        | 6                                   | 915.703          | (138.897)             | 776.806             | 217.332        | (37.522)              | 179.810             |
| Imobilizado em andamento          | -                                   | 91.826           | -                     | 91.826              | 31.687         | -                     | 31.687              |
| Terrenos                          | -                                   | <u>110.859</u>   | <u>-</u>              | <u>110.859</u>      | <u>82.570</u>  | <u>-</u>              | <u>82.570</u>       |
|                                   |                                     | <u>1.932.157</u> | <u>(510.281)</u>      | <u>1.421.876</u>    | <u>674.523</u> | <u>(204.402)</u>      | <u>470.121</u>      |

A depreciação alocada às rubricas “custo dos serviços prestados” e “despesas administrativas” do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$99.079 (R\$46.431 em 31 de dezembro de 2013).

Os itens do ativo imobilizado têm sua depreciação calculada de forma linear e não possuem evidência de que os custos registrados são maiores que os seus valores de recuperação.

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

|  | Equipamentos de informática | Móveis, equipamentos e utensílios | Biblioteca    | Edificações e benfeitorias | Imobilizado em andamento | Terrenos       | Total            |
|--|-----------------------------|-----------------------------------|---------------|----------------------------|--------------------------|----------------|------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2012       | <u>19.229</u>               | <u>88.868</u>                     | <u>46.379</u> | <u>130.404</u>             | <u>27.237</u>            | <u>59.735</u>  | <u>371.852</u>   |
| Adições                                | 15.061                      | 29.677                            | 8.694         | 5.338                      | 64.075                   | 22.656         | 145.501          |
| Outras Adições                         | -                           | -                                 | -             | -                          | -                        | 179            | 179              |
| Baixas                                 | (47)                        | (323)                             | -             | (450)                      | (160)                    | -              | (980)            |
| Depreciações                           | (7.734)                     | (15.686)                          | (8.064)       | (14.947)                   | -                        | -              | (46.431)         |
| Transferências                         | -                           | -                                 | -             | 59.465                     | (59.465)                 | -              | -                |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013       | <u>26.509</u>               | <u>102.536</u>                    | <u>47.009</u> | <u>179.810</u>             | <u>31.688</u>            | <u>82.570</u>  | <u>470.121</u>   |
|  | Equipamentos de informática | Móveis, equipamentos e utensílios | Biblioteca    | Edificações e benfeitorias | Imobilizado em andamento | Terrenos       | Total            |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013       | <u>26.509</u>               | <u>102.536</u>                    | <u>47.008</u> | <u>179.810</u>             | <u>31.688</u>            | <u>82.570</u>  | <u>470.121</u>   |
| Adições                                | 32.404                      | 65.605                            | 21.208        | 5.059                      | 182.952                  | 8              | 307.236          |
| Adições proveniente das adquiridas (i) | 33.381                      | 124.856                           | 42.370        | 434.712                    | 81.172                   | 27.931         | 744.422          |
| Baixas                                 | (91)                        | (446)                             | (282)         | -                          | -                        | -              | (819)            |
| Depreciações                           | (13.981)                    | (26.179)                          | (12.513)      | (46.411)                   | -                        | -              | (99.084)         |
| Transferências                         | (139)                       | 139                               | -             | 203.636                    | (203.986)                | 350            | -                |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014       | <u>78.083</u>               | <u>266.511</u>                    | <u>97.791</u> | <u>776.806</u>             | <u>91.826</u>            | <u>110.859</u> | <u>1.421.876</u> |

(i) Adição líquida referente à aquisição da Anhanguera Educacional Participações S.A. Vide nota explicativa n.º 5.

A Companhia arrenda equipamentos de informática por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos médios de 6,7% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. Os equipamentos são de propriedade da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de arrendamentos totalizava R\$42.726 (R\$3.018 em 31 de dezembro de 2013), a garantia são os próprios equipamentos.

## 18. INTANGÍVEL

### Controladora

Do saldo de R\$59.450 o valor de R\$52.259, refere-se ao ágio gerado na troca de ações ocorrida em setembro de 2010, entre os sócios da Companhia e os sócios da Iuni, que tornou a EDE subsidiária integral da Companhia, o saldo remanescente refere-se ao ágio registrado originalmente na Apollo Partners.

### Consolidado

|                                | Taxa<br>média de<br>amortização | 31/12/2014        |                          |                       | 31/12/2013       |                          |                       |
|--------------------------------|---------------------------------|-------------------|--------------------------|-----------------------|------------------|--------------------------|-----------------------|
|                                |                                 | Custo             | Amortização<br>acumulada | Intangível<br>líquido | Custo            | Amortização<br>acumulada | Intangível<br>líquido |
| Software                       | 20                              | 166.810           | (64.420)                 | 102.390               | 59.745           | (28.334)                 | 31.410                |
| Projetos internos              | 10                              | 227.999           | (95.873)                 | 132.126               | 92.549           | (39.491)                 | 53.058                |
| Ágio e intangíveis<br>alocados | 20                              | 11.909.894        | (357.163)                | 11.552.731            | 2.625.009        | (103.125)                | 2.521.885             |
| Outros intangíveis             | 5                               | <u>172.282</u>    | <u>(25.663)</u>          | <u>146.619</u>        | -                | -                        | -                     |
|                                |                                 | <u>12.476.985</u> | <u>(543.119)</u>         | <u>11.933.866</u>     | <u>2.777.303</u> | <u>(170.950)</u>         | <u>2.606.353</u>      |

A movimentação do intangível é conforme segue:

|                                  | Software       | Projetos<br>internos (a) | Ágio e<br>intangíveis<br>alocados (b) | Total            |
|----------------------------------|----------------|--------------------------|---------------------------------------|------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 27.166         | 61.277                   | 2.572.340                             | 2.660.783        |
| Adição                           | 12.561         | 4.300                    | 1.762                                 | 18.623           |
| Baixa                            | (47)           | (36)                     | -                                     | (83)             |
| Outras baixas                    | -              | -                        | (11.189)                              | (11.189)         |
| Transferências                   | 139            | (139)                    | -                                     | -                |
| Amortização                      | <u>(8.409)</u> | <u>(12.344)</u>          | <u>(41.028)</u>                       | <u>(61.781)</u>  |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | <u>31.410</u>  | <u>53.058</u>            | <u>2.521.885</u>                      | <u>2.606.353</u> |

|                                       | Softwares       | Projetos<br>internos (a) | Ágios e<br>intangíveis<br>alocados (b) | Outros<br>intangíveis (c) | Total             |
|---------------------------------------|-----------------|--------------------------|--|---------------------------|-------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2013      | 31.410          | 53.058                   | 2.521.885                              | -                         | 2.606.353         |
| Adições                               | 56.335          | 22.074                   | -                                      | 11.530                    | 86.503            |
| Adições proveniente de adquiridas (i) | 28.784          | 75.761                   | 9.146.346                              | 138.914                   | 9.389.805         |
| Baixas                                | (1.539)         | (8)                      | -                                      | -                         | (1.547)           |
| Amortizações                          | <u>(12.600)</u> | <u>(18.759)</u>          | <u>(115.500)</u>                       | <u>(3.825)</u>            | <u>(150.684)</u>  |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014      | <u>102.390</u>  | <u>132.126</u>           | <u>11.552.731</u>                      | <u>146.619</u>            | <u>11.933.866</u> |

- (i) Adição líquida referente à aquisição da Anhanguera Educacional Participações S.A. e controladas ocorrida em 3 julho de 2014, vide nota explicativa nº5.

a) Desenvolvimento de projetos internos

|                                      | Consolidado    |               |
|--------------------------------------|----------------|---------------|
|                                      | 31/12/2014     | 31/12/2013    |
| Novas unidades e novos cursos (i)    | 28.218         | 33.525        |
| Sistema Universitário Pitágoras (ii) | 2.843          | 3.758         |
| Novos contratos - Rede (iii)         | 3.957          | 4.766         |
| Ensino à distância (iv)              | 90.316         | 8.656         |
| Avaliação de ensino superior (v)     | 1.102          | 1.279         |
| Produção de conteúdo (vi)            | <u>5.690</u>   | <u>1.074</u>  |
|                                      | <u>132.126</u> | <u>53.058</u> |

(i) Referem-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de projetos com vida útil estimada de dez anos, conforme segue:

- Abertura das unidades Ipatinga, Betim, São Luís, Poços de Caldas, Uberlândia, Guarapari, Votorantim, Feira de Santana, Contagem e Governador Valadares e expansão dos “campi” de Venda Nova e Cidade Jardim, na cidade de Belo Horizonte.
- Investimentos em lançamento de novos produtos.
- Infraestruturas operacional e tecnológica adicionais, que são requeridas pelo Ministério da Educação - MEC, para garantir a operação do ensino superior.
- Desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI com detalhamento de todos os cursos a serem protocolados no MEC e gastos incorridos no processo de credenciamento de novos “campi” e cursos.

(ii) Refere-se a gastos incorridos com o desenvolvimento de metodologias acadêmica (guia para os alunos e professores e sistemas de avaliação) e operacional (manual de operações), para garantir o crescimento do Sistema Universitário Pitágoras. A amortização ocorre por um período de até dez anos.

(iii) Referem-se aos gastos incorridos com o desenvolvimento de produtos a serem vendidos pela Rede Católica e Rede Pitágoras. A amortização ocorre por um período de até dez anos.

(iv) Refere-se aos gastos incorridos com a concepção e o desenvolvimento do novo negócio de educação à distância, com o objetivo de oferecer ensino superior semipresencial e via Internet em diversas localidades do País. A amortização ocorre por um período de até dez anos.

(v) Refere-se a gastos incorridos no desenvolvimento de um novo produto e metodologia para avaliação de ensino superior. A amortização ocorre por um período de até dez anos.

(vi) Refere-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de conteúdo pedagógico e de banco de dados educacional. Conforme os projetos são finalizados, a amortização é iniciada por um período de até dois anos.

b) Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados de combinação de negócios

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos (para aquisições após 1º de janeiro de 2009) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

Parte do ágio gerado na aquisição das controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos.

|   | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| “Goodwill” (i)                                    | 8.656.341         | 2.088.861         |
| Marca (ii)  | 1.794.029         | 7.040             |
| Licença de operação e rede parceira de polo (iii) | 785.691           | 314.450           |
| Carteira de clientes (iv)                         | 315.783           | 110.221           |
| Acordo de não concorrência (iv)                   | <u>887</u>        | <u>1.313</u>      |
|   | <u>11.552.731</u> | <u>2.521.885</u>  |

(i) Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e sujeito a testes anuais de recuperação.

(ii) Ativo intangível com vida útil estimada entre 25 e 30 anos.

(iii) Refere-se às licenças para operação de ensino presencial e à distância e à rede de polos parceira de ensino à distância. Não possui vida útil definida e está sujeita a testes anuais de recuperação.

(iv) Ativo intangível com vida útil estimada de cinco anos.

Testes do ágio para verificação de “impairment”

O ágio é alocado às UGC, identificadas de acordo com o segmento operacional.

Segue um resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

|                 | <u>Controladora</u> |                   | <u>Consolidado</u> |                   |
|-----------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
|                 | <u>30/12/2014</u>   | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u>  | <u>31/12/2013</u> |
| Educação básica | 59.450              | 59.450            | 66.339             | 66.339            |
| Ensino superior | -                   | -                 | <u>8.590.002</u>   | <u>2.022.522</u>  |
|                 | <u>59.450</u>       | <u>59.450</u>     | <u>8.656.341</u>   | <u>2.088.861</u>  |

Em 31 de dezembro de 2014, os ágios foram submetidos a teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos respectivos valores.



A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), para avaliar a recuperação dos ágios que correspondem a cada uma das UGCs. O cálculo considera 8 anos de projeção de fluxo explícito, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento de 3,0% ao ano. A taxa de desconto nominal utilizada foi de 12,9% ao ano, seguindo referências de mercado de instituições financeiras de primeira linha. Foram considerados ainda para o cálculo, os impactos das normativas recentes do MEC descritas na nota explicativa nº1 e critérios de inflação projetada (6,5% para o ano de 2015 e 4,5% de 2016 até 2022) para a estimativa do crescimento de custos e despesas para os demais anos.

c) Outros ativos intangíveis

|                                     | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Acordo de não concorrência e outros | 137.959           | -                 |
| Marcas e patentes                   | 7.716             | -                 |
| Cessão de direitos                  | 862               | -                 |
| Carteira de clientes                | <u>82</u>         | <u>-</u>          |
|                                     | <u>146.619</u>    | <u>-</u>          |

19. FORNECEDORES

O saldo é composto por fornecedores de materiais e serviços para os cursos de ensino superior (presencial e EAD), por serviços e produtos necessários à produção e comercialização de livros didáticos do sistema de ensino Pitágoras e dos colégios próprios e por consultorias voltadas para a área de educação.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição do saldo de empréstimos e financiamentos

|                                       |               | <u>Consolidado</u> |                   |
|---------------------------------------|---------------|--------------------|-------------------|
|                                       | <u>Moedas</u> | <u>31/12/2014</u>  | <u>31/12/2013</u> |
| Arrendamento mercantil financeiro (i) | R\$           | 42.740             | 3.071             |
| Empréstimos de terceiros (ii)         | R\$           | 4.815              | -                 |
| Banco Safra BNDES PSI Finame          | R\$           | <u>579</u>         | <u>-</u>          |
|                                       |               | <u>48.134</u>      | <u>3.071</u>      |
| Circulante                            |               | 7.279              | 1.770             |
| Não circulante                        |               | 40.855             | 1.301             |

(i) Refere-se principalmente a contratos de aluguéis de imóveis de unidades operacionais com duração de 15 anos, composto pelas parcelas a pagar relativas ao imóvel Unibero e do imóvel de São Bernardo do Campo.

(ii) Os empréstimos e financiamentos a pagar da Companhia estão garantidos por equipamentos, terrenos e edificações e por recebíveis. Para informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez.

Os saldos não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

|               | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|---------------|-------------------|-------------------|
| 2015          | -                 | 400               |
| 2016          | 2.301             | 386               |
| 2017          | 2.426             | 386               |
| 2018          | 2.512             | 129               |
| Mais que 2018 | <u>33.616</u>     | <u>-</u>          |
|               | <u>40.855</u>     | <u>1.301</u>      |

b) A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

|   | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial   | 3.071             | 11.632            |
| Adições   | -                 | 665               |
| Adições provenientes de adquiridas (vide nota explicativa nº 5) | 161.785           | -                 |
| Juros provisionados   | 5.656             | 726               |
| Variação cambial  | 2.292             | -                 |
| Prêmios por antecipação   | 3.467             | -                 |
| Pagamentos de juros   | (16.058)          | (1.640)           |
| Pagamentos de prêmio  | (3.467)           | -                 |
| Pagamentos de principal   | <u>(108.612)</u>  | <u>(8.312)</u>    |
| Saldo final   | <u>48.134</u>     | <u>3.071</u>      |

c) Pagamentos de empréstimos

Em outubro de 2014 a Companhia efetuou a quitação dos empréstimos mantidos pela controlada Anhanguera junto às instituições financeiras: International Finance Corporation, DEG – Deutsche Investitions, e Proparco – Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique.

d) Arrendamentos financeiros

As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas uma vez que o ativo arrendado é revertido ao arrendador no caso de inadimplência.

## 21. DEBÊNTURES

|                        | Consolidado       |                   |
|------------------------|-------------------|-------------------|
|                        | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Passivo circulante     | 193.976           | 111.408           |
| Passivo não circulante | <u>700.008</u>    | <u>434.741</u>    |
|                        | <u>893.984</u>    | <u>546.149</u>    |

Abertura do saldo de debêntures por emissão:

|                                      | <u>Remuneração</u> | <u>31/12/2014</u> |
|--------------------------------------|--------------------|-------------------|
| 1ª emissão debêntures (i)            | CDI + 2,00% a.a.   | 316.554           |
| 4ª emissão debêntures (ii)           | CDI + 1,95% a.a.   | 406.870           |
| 5ª emissão debêntures 1ª série (iii) | CDI + 1,50% a.a.   | 85.303            |
| 5ª emissão debêntures 2ª série (iii) | CDI + 1,70% a.a.   | <u>85.257</u>     |
| Total                                |                    | <u>893.984</u>    |

- (i) Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia, por meio da controlada EDE, realizou sua primeira emissão de debêntures, realizada em série única. Nessa data, foram subscritas 550 debêntures com valor unitário de R\$1.000 cada uma, totalizando R\$550.000. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão em ações. As debêntures possuem juros de 100% do CDI acrescidos de 2,0% ao ano. O prazo de vencimento é de sete anos contados da data de emissão. Após uma carência de 3 anos, os pagamentos ocorrerão anualmente nos anos 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. As debêntures não possuem cláusula de repactuação. Em junho e dezembro de cada ano, são exigidos os pagamentos dos juros calculados até às datas.
- (ii) Em 28 de setembro de 2011, a controladora Anhanguera Educacional realizou a 4ª emissão de debêntures da espécie quirografária com garantia fidejussória pela Companhia nas seguintes condições: (i) valor de R\$400.000, com emissão de 400 Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000; (ii) não conversíveis em ações; (iii) o prazo de vencimento das debêntures é de 7 (sete) anos contados da data da emissão das Debêntures, vencendo-se portanto em 28 de setembro de 2018. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extragrupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), capitalizada de uma sobretaxa de 1,95% (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A amortização do Valor Nominal Unitário será realizada em 8 (oito) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, a partir do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da data de emissão, inclusive, sendo devida a primeira parcela no dia 28 de março de 2015.
- (iii) Em 10 de dezembro de 2012, a controladora Anhanguera Educacional realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries ("Emissão"), no montante total de R\$170.000. Foram emitidas 170 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1000, sendo 8,5 debêntures da 1ª série ("Debêntures Primeira Série") e 8,5 debêntures da 2ª série ("Debêntures Segunda Série"). As Debêntures Primeira Série possuem prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da data da emissão ,

vencendo-se, portanto, em 10 de dezembro de 2017 e as Debêntures Segunda Série possuem prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de dezembro de 2019. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra grupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), capitalizada de uma sobretaxa de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis para as Debêntures Primeira Série, e 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis para as Debêntures Segunda Série.

A movimentação dos saldos está a seguir:

|   | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial   | 546.149           | 543.809           |
| Juros provisionados   | 91.984            | 55.086            |
| Prêmios por antecipação                                       | 1.200             | -                 |
| Adição proveniente de adquiridas (vide nota explicativa nº 5) | 583.272           | -                 |
| Apropriação dos custos  | 1.829             | 1.315             |
| Pagamento de juros (i)  | (99.250)          | (54.061)          |
| Pagamento de prêmios (i)                                      | (1.200)           | -                 |
| Pagamento de principal (i)                                    | (230.000)         | -                 |
| Saldo final   | <u>893.984</u>    | <u>546.149</u>    |

- (i) Em abril de 2014, a Companhia efetuou pagamento no valor de R\$150.000 a título de antecipação de pagamento de principal. Adicionalmente foi efetuado o pagamento no valor de R\$2.000 de juros calculados até a data e R\$1.200 referente a taxas presentes no contrato.

A abertura do saldo não circulante, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

|      | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|------|-------------------|-------------------|
| 2015 | -                 | 108.685           |
| 2016 | 202.754           | 108.685           |
| 2017 | 234.341           | 108.685           |
| 2018 | 220.481           | 108.686           |
| 2019 | <u>42.432</u>     | <u>-</u>          |
|      | <u>700.008</u>    | <u>434.741</u>    |

Os contratos requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", calculados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que é garantidora da emissão, relativas aos períodos que compreendem 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício social e são exigidos a partir de 2012 até 2018, data do vencimento final. Os cálculos de "covenants" realizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 abrangem também as debêntures advindas da controlada Anhanguera Educacional S.A.

Os índices financeiros da 1ª emissão são:

- (ii) Resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” ajustado. O valor resultante não deve ser superior a 4 até 2013, reduzindo até 3 no exercício de 2016.
- (iii) Resultado do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo resultado financeiro ajustado. O valor não deve ser inferior a 1,2.

Em 31 de dezembro de 2014 os índices financeiros foram atendidos.

O índice financeiro da 4ª e 5ª emissão é:

- (i) Resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” ajustado. O valor resultante não deve ser superior a 3.

Em 31 de dezembro de 2014, o índice foi atendido.

## 22. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

|   | Consolidado       |                   |
|---|-------------------|-------------------|
|   | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Salários a pagar e provisão para participação de funcionários | 126.105           | 49.026            |
| INSS a recolher   | 44.232            | 13.862            |
| FGTS a recolher   | 10.315            | 4.687             |
| IRRF a recolher   | 19.520            | 8.254             |
| Provisão de férias  | 76.736            | 33.272            |
| Encargos sobre provisões                                      | 25.694            | 11.172            |
| Outros  | <u>1.684</u>      | <u>1.291</u>      |
| Total   | <u>304.286</u>    | <u>121.564</u>    |

As despesas de salários e encargos estão registradas no resultado do exercício nas rubricas “custo dos serviços prestados”, “despesas com vendas” e “despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

## 23. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

|  | Consolidado       |                   |
|--|-------------------|-------------------|
|  | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Recebimentos antecipados por matrículas e mensalidades | <u>101.212</u>    | <u>56.596</u>     |

Os recebimentos antecipados referem-se a adiantamentos de matrículas, mensalidades do ano efetuados pelos alunos. O saldo é apropriado à receita conforme os serviços são prestados.

## 24. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÕES

|                  | Consolidado       |                   |
|------------------|-------------------|-------------------|
|                  | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Circulante:      |                   |                   |
| Ítala            | 34.371            | 31.027            |
| Uniabc           | 22.369            | -                 |
| Ceama            | 5.796             | 8.160             |
| Unirondon        | 2.962             | 2.807             |
| Iesville Educar  | 2.193             | -                 |
| Intesc           | 1.575             | -                 |
| Fabrai           | 1.374             | -                 |
| UNIA Santo André | 985               | -                 |
| União            | 820               | 752               |
| JK               | 726               | -                 |
| Veritas          | 700               | -                 |
| Noiva Mar        | 353               | -                 |
| Outras           | <u>578</u>        | <u>425</u>        |
| Total            | <u>74.802</u>     | <u>43.171</u>     |
| Não circulante:  |                   |                   |
| Ítala            | 115.648           | 135.389           |
| Sorocaba         | 29.356            | -                 |
| LFG              | 9.800             | -                 |
| Unipli           | 8.390             | -                 |
| Unirondon        | 5.922             | 8.348             |
| União            | 816               | 1.503             |
| Outras           | <u>788</u>        | <u>491</u>        |
| Sub-total        | <u>170.720</u>    | <u>145.731</u>    |
| Total            | <u>245.522</u>    | <u>188.902</u>    |

Os valores são atualizados pela variação do CDI e IPCA, dependendo de cada contrato.

A movimentação dos saldos é a seguinte:

|   |                 |
|---|-----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2012                                 | 226.346         |
| Adições de terrenos   | 16.871          |
| Atualização de juros  | 15.823          |
| Pagamentos  | (57.294)        |
| Baixas  | <u>(12.844)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013                                 | 188.902         |
| Adição proveniente de adquiridas – (vide nota explicativa nº 5) | 50.503          |
| Adição  | 29.356          |
| Atualização de juros  | 18.122          |
| Baixas  | (754)           |
| Pagamentos  | <u>(40.607)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014                                 | <u>245.522</u>  |

As parcelas registradas no passivo não circulante vencerão como segue:

|      | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|------|-------------------|-------------------|
| 2015 | -                 | 34.806            |
| 2016 | 54.857            | 34.806            |
| 2017 | 39.620            | 34.809            |
| 2018 | <u>76.243</u>     | <u>42.310</u>     |
|      | <u>170.720</u>    | <u>145.731</u>    |

## 25. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS

|                                | <u>Consolidado</u> |                   |
|--------------------------------|--------------------|-------------------|
|                                | <u>31/12/2014</u>  | <u>31/12/2013</u> |
| Circulante:                    |                    |                   |
| Parcelamentos municipais (a)   | 11.063             | -                 |
| Parcelamentos do INSS (b)      | 3.172              | 1.528             |
| Refis IV (c)                   | 1.296              | 4.782             |
| Parcelamentos trabalhistas (d) | 437                | 380               |
| Parcelamentos federais (e)     | <u>155</u>         | <u>473</u>        |
| Total                          | <u>16.123</u>      | <u>7.163</u>      |
| Não circulante                 |                    |                   |
| Parcelamentos municipais (a)   | 41.027             | 35.511            |
| Parcelamentos do INSS (b)      | 2.723              | 3.405             |
| Refis IV (c)                   | 6.720              | -                 |
| Parcelamentos trabalhistas (d) | 344                | 696               |
| Parcelamentos federais (e)     | <u>13</u>          | <u>250</u>        |
| Total                          | <u>50.827</u>      | <u>39.862</u>     |

### (a) Parcelamentos municipais

#### Anhanguera

Em 27 de julho de 2012 os antigos proprietários da Academia Paulista Anchieta – APA, aderiram ao programa de parcelamento de impostos (PPI), resultando no saldo a recolher de ISS parcelado de R\$40.203, restando, 91 parcelas de R\$442, reajustadas pela taxa Selic mensal.

Parcelamentos de IPTU no total de R\$7.236 com prazos e parcelas diferenciados entre si, reajustadas pela taxa Selic mensal.

O saldo registrado no passivo não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

|                    | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| Ano de vencimento: |                   |                   |
| 2016               | 6.393             | 4.782             |
| 2017               | 6.393             | 4.782             |
| 2018               | 6.348             | 4.782             |
| 2019               | 6.325             | 4.224             |
| 2020               | 6.325             | 3.667             |
| 2021               | 6.075             | 3.667             |
| Após 2022          | <u>3.168</u>      | <u>9.607</u>      |
| <u>Total</u>       | <u>41.027</u>     | <u>35.511</u>     |

(b) Parcelamentos do INSS

(i) Unirondon

Parcelamento ordinário de INSS não recolhido de novembro de 2008 a janeiro de 2009, parcelado em outubro de 2012 em 60 parcelas, restando 33 de R\$91, reajustadas pela taxa Selic mensal.

(ii) Anhanguera

Parcelamento ordinário de INSS, R\$2.209 com prazos e parcelas diferenciados entre si, reajustadas pela taxa Selic mensal.

(iii) Iuni

PAEX, artigo 1º: refere-se a saldo remanescente do Refis do ano 2000. Foi consolidado em 130 parcelas e começou a ser pago em setembro de 2006. Restam 15 parcelas de R\$46, reajustadas mensalmente pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mensal.

(c) Refis IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e da Portaria conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil - RFB instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado "Refis IV". A opção pelos parcelamentos de que trata essa Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Esse programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Esse parcelamento prevê, entre outros: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pelas controladas da Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social dos valores remanescentes de multa e juros.

Em novembro de 2014, com a publicação da Lei nº 12.973 em 14 de maio de 2014 e da



Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 7, de 15 de outubro de 2013, reabriu o prazo para pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil os quais podem ser liquidados com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido próprios e de sociedades controladoras e controladas.

Abaixo demonstramos a movimentação:

| <u>Controlada</u> | <u>Saldo</u>  | <u>Lei nº 12.973/14</u> |                      |  | <u>31/12/14</u> |
|-------------------|---------------|-------------------------|----------------------|--|-----------------|
|                   |               | <u>Adição</u>           | <u>Pagamento 30%</u> | <u>Compensação com prejuízo fiscal</u> |                 |
| Unime             | 19.426        | -                       | (5.828)              | (13.598)                               | -               |
| Anhanguera        | 12.074        | 4.737                   | (2.993)              | (5.802)                                | 8.016           |
| IUNI              | 8.457         | 582                     | (2.732)              | (6.307)                                | -               |
| Fama Macapá       | <u>1.966</u>  | -                       | <u>(590)</u>         | <u>(1.376)</u>                         | -               |
| Total             | <u>41.923</u> | <u>5.319</u>            | <u>(12.143)</u>      | <u>(27.083)</u>                        | <u>8.016</u>    |

(d) Parcelamentos trabalhistas

Referem-se a auto de infração trabalhista lavrado contra a controlada Iuni, que foi parcelado em 60 parcelas, restando, 22 parcelas a liquidar de R\$34, reajustadas pela taxa Selic mensal.

(e) Parcelamentos federais

Referem-se à dívida ativa federal, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, da controlada Uniassselvi com o saldo de R\$168, com prazos e parcelas diferenciados entre si, reajustadas pela taxa Selic mensal.

A seguir a movimentação dos impostos e contribuições parcelados:

|  | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial:                                   | 47.025            | 50.207            |
| Adição   | 4.651             | 7.557             |
| Adição de aquisição (vide nota explicativa nº 5) | 64.302            | -                 |
| Atualização de juros                             | 5.927             | 2.757             |
| Pagamentos                                       | (21.048)          | (13.496)          |
| Lei nº 12.973/14:                                |                   |                   |
| Adição   | 5.319             | -                 |
| Pagamento 30%                                    | (12.143)          | -                 |
| Compensação de prejuízos fiscais e base negativa | <u>(27.083)</u>   | -                 |
| Saldo final                                      | <u>66.950</u>     | <u>47.025</u>     |

## 26. DEMAIS CONTAS A PAGAR

|  | Consolidado       |                   |
|--|-------------------|-------------------|
|  | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
| Circulante:  |                   |                   |
| Repasse da carteira de alunos - aquisição da Ítala | -                 | 169               |
| Repasse da carteira de alunos - aquisição da Iuni  | 690               | 627               |
| Parcela caução - aquisição da Uniminas (i)         | 2.278             | 2.707             |
| Outros   | <u>2.330</u>      | <u>1.872</u>      |
| Total  | <u>5.298</u>      | <u>5.375</u>      |
| Não circulante:                                    |                   |                   |
| Venda da controladora Suesc (ii)                   | 2.883             | 2.531             |
| Outros   | <u>1.248</u>      | <u>-</u>          |
| Total  | <u>4.131</u>      | <u>2.531</u>      |

- (i) Refere-se a obrigações relacionadas à aquisição da Uniminas previstas no contrato de compra e venda. O saldo é composto de créditos estudantis recebidos dos alunos e retidos a título de caução.
- (ii) O valor a receber pela venda da controlada Suesc, ocorrida em abril de 2011, está vinculado ao saldo remanescente do passivo fiscal do ISS, conforme decisão final a ser proferida no âmbito do processo de execução fiscal ajuizado pelo Município do Rio de Janeiro. Se favorável, a Companhia tem o direito de receber do comprador o valor acordado entre as partes e, com isso, poderá reverter o passivo. Em caso desfavorável, a Companhia pagará a diferença entre o preço corrigido definido em contrato e o valor da causa. O valor a receber está registrado na rubrica “demais contas a receber” do ativo não circulante. Os saldos tanto no ativo quanto o aqui apresentado nessa nota são corrigidos mensalmente por 1%.

27. PROVISAO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS, E DEPÓSITOS JUDICIAIS.

A Companhia é parte envolvida em ações ou processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos internos e externos.

Controladora

Devido ao volume de processos classificados com perda possível, a Companhia tem em 31 de dezembro de 2014, o valor provisionado de R\$3.525 a título de honorários advocatícios e percentuais por êxito nas referidas ações.

|                   | 31/12/2014        |                  |                | 31/12/2013        |                  |                |
|-------------------|-------------------|------------------|----------------|-------------------|------------------|----------------|
|                   | <u>Desembolso</u> | <u>Depósitos</u> | <u>Saldo</u>   | <u>Desembolso</u> | <u>Depósitos</u> | <u>Saldo</u>   |
|                   | <u>estimado</u>   | <u>judiciais</u> | <u>líquido</u> | <u>estimado</u>   | <u>judiciais</u> | <u>líquido</u> |
| Tributárias (i)   | 85.863            | (10)             | 85.853         | 6.928             | (7)              | 6.921          |
| Trabalhistas (ii) | 77.225            | -                | 77.225         | 65                | -                | 65             |
| Cíveis (iii)      | <u>84.378</u>     | <u>-</u>         | <u>84.378</u>  | <u>-</u>          | <u>-</u>         | <u>-</u>       |
|                   | <u>247.466</u>    | <u>(10)</u>      | <u>247.456</u> | <u>6.993</u>      | <u>(7)</u>       | <u>6.986</u>   |

Os saldos das garantias estão representados a seguir.

|              | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|--------------|-------------------|-------------------|
| Tributárias  | 55.234            | -                 |
| Trabalhistas | 6.850             | -                 |
| Cíveis       | <u>18.062</u>     | <u>-</u>          |
|              | <u>80.146</u>     | <u>-</u>          |

Consolidado

|                   | 31/12/2014        |                  |                | 31/12/2013        |                  |                |
|-------------------|-------------------|------------------|----------------|-------------------|------------------|----------------|
|                   | <u>Desembolso</u> | <u>Depósitos</u> | <u>Saldo</u>   | <u>Desembolso</u> | <u>Depósitos</u> | <u>Saldo</u>   |
|                   | <u>estimado</u>   | <u>judiciais</u> | <u>líquido</u> | <u>estimado</u>   | <u>judiciais</u> | <u>líquido</u> |
| Tributárias (i)   | 256.847           | (12.861)         | 243.986        | 140.737           | (5.987)          | 134.750        |
| Trabalhistas (ii) | 461.862           | (29.375)         | 432.487        | 51.957            | (4.613)          | 47.344         |
| Cíveis (iii)      | <u>196.665</u>    | <u>(985)</u>     | <u>195.680</u> | <u>5.549</u>      | <u>(169)</u>     | <u>5.380</u>   |
|                   | <u>915.374</u>    | <u>(43.221)</u>  | <u>872.153</u> | <u>198.243</u>    | <u>(10.769)</u>  | <u>187.474</u> |

- (i) Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia figurava no polo passivo de aproximadamente 340 ações de natureza tributária, sendo elas em discussão judicial ou em discussão administrativa, tendo, nesta última hipótese, a Companhia apresentado defesa administrativa junto ao órgão fiscalizador e que se encontra pendente de julgamento definitivo nesta instância. Do saldo apresentado no quadro acima, as controladas adquiridas participam na seguinte proporção: Unopar R\$24.911, Unirondon R\$19.224, Ceama R\$2.598, Anhanguera R\$197.957, e as demais controladas juntas, somam R\$12.157.

As provisões tributárias são principalmente decorrentes de discussões administrativas e judiciais referentes, INSS sobre folha de pagamento e isenção de tributos federais conforme regras do ProUni e ISSQN. Parte dos valores provisionados possui garantia dos vendedores, previstas nos contratos de compra e venda.

A Uniban, adquirida da Anhanguera, tem uma autuação fiscal com perda provável no montante de R\$47.647, referente à falta de recolhimento de ISSQN pela Academia Paulista Anchieta Ltda. (Uniban) no período de 2007 à 2011. Este débito fiscal encontra-se garantido pelo contrato de compra e venda da Uniban e em caso de perda a Companhia será ressarcida pelo ex-mantenedor.

A controlada da Anhanguera em Niterói (Unipli) possui 10 ações fiscais que totalizam R\$42.338 provenientes de verbas previdenciárias, bem como título uma ação de cassação do certificado filantropia em que a mesma fazia jus. Os processos estão garantidos pelo ex-mantenedor.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia figurava no polo passivo de aproximadamente 3.110 ações de natureza judicial trabalhista, incluindo litígios decorrentes de suas aquisições. As ações em sua maioria referem-se a reclamações trabalhistas provenientes de funcionários administrativos e professores desligados da Companhia, substancialmente requerendo horas extras, reduções de carga horária, intervalo entre jornadas de trabalho, diferenças salariais e reflexos de FGTS, 13º salário, férias e um terço constitucional, enquadramento e equiparações salariais. Das 3.110 ações trabalhistas, 2.115 ações são de responsabilidade da Companhia e 493 ações são de responsabilidade dos vendedores das Instituições de Educação Superior adquiridas pela Companhia. A Companhia possui contingência trabalhista própria de perda provável total de R\$354.926 e possui uma contingência trabalhista de responsabilidade dos vendedores de Instituições de Educação Superior de R\$56.291, para os quais a Companhia mantém garantias contratuais. A Companhia possui ainda 502 ações trabalhista de responsabilidade compartilhada com os vendedores de Instituições de Educação Superior, totalizando uma perda provável de R\$26.412. A Companhia possui garantias contratuais a seu favor, sendo Ítala R\$17.774, Iuni R\$469, Unopar R\$821, Anhanguera R\$46.145, e as demais controladas juntas, somam o montante de R\$3.168.

A controlada EDE possui ação trabalhista de responsabilidade dos ex-proprietários, garantida contratualmente referente à cobrança de diferenças salariais, no valor de R\$2.200. A classificação de perda foi classificada como provável pelos consultores jurídicos.

- (iii) Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia figurava como polo passivo em 14.119 ações judiciais de natureza cível e, de uma maneira geral, os processos cíveis dos quais figuram como réus versam sobre ações ajuizadas por alunos e ex-alunos perante os Juizados Especiais Cíveis e a Justiça Comum, em sua grande maioria com pedidos de indenização por danos materiais/morais tendo como fundamento a relação de consumos entre as

Unidades da Companhia e o aluno. A Companhia entende que as ações cíveis nas quais figura na condição de ré não são relevantes a ponto de poder impactar adversamente e de maneira significativa os seus resultados. Das 14.119 ações cíveis, 12.708 ações são de responsabilidade da Companhia e 1.397 ações são de responsabilidade dos vendedores das Instituições de Educação Superior adquiridas pela Companhia e 14 ações cíveis de responsabilidade compartilhada com os vendedores de Instituições de Educação Superior. A Companhia possui contingência cível própria de perda provável total de R\$164.672 e possui contingência cível de responsabilidade dos vendedores de Instituições de Educação Superior de R\$30.540, para os quais a Companhia mantém garantias contratuais. A Companhia possui garantia contratual a seu favor, sendo, Anhanguera R\$28.958, e o restante do saldo das demais controladas.

A controlada Anhanguera através de sua Unidade em Joinville apresenta uma ação de reintegração de posse de área utilizada de estacionamento na Unidade no valor de R\$1.134. A perda foi classificada como provável pelos consultores jurídicos.

A controlada Anhanguera, através de sua Unidade em Sorocaba, possui uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal contra o diretor da Unidade acusado de suposto assédio moral no valor de R\$1.560. A perda foi classificada como provável pelos consultores jurídicos.

As provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis têm como base para registro contábil a totalidade dos valores dos processos classificados como prováveis de acordo com opiniões de consultores jurídicos, e as contingências tributárias são atualizadas utilizando a taxa Selic.

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

|   | <u>Tributárias</u> | <u>Trabalhistas</u> | <u>Cíveis</u>   | <u>Total</u>    |
|---|--------------------|---------------------|-----------------|-----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2012                                    | 186.362            | 54.654              | 3.558           | 244.574         |
| Adições e baixas  | (3.210)            | 6.877               | 3.308           | 6.975           |
| Baixas contra garantias   | (42.415)           | (5.074)             | (1.005)         | (48.494)        |
| Pagamentos  | <u>-</u>           | <u>(4.500)</u>      | <u>(312)</u>    | <u>(4.812)</u>  |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013                                    | 140.737            | 51.957              | 5.549           | 198.243         |
| Saldos de depósitos judiciais                                       | <u>(5.987)</u>     | <u>(4.613)</u>      | <u>(169)</u>    | <u>(10.769)</u> |
| Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2013                           | <u>134.750</u>     | <u>47.344</u>       | <u>5.380</u>    | <u>187.474</u>  |
|   | <u>Tributárias</u> | <u>Trabalhistas</u> | <u>Cíveis</u>   | <u>Total</u>    |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013                                    | 140.737            | 51.957              | 5.549           | 198.243         |
| Adições e baixas (i)  | (16.618)           | 7.880               | 8.237           | (501)           |
| Baixas contra garantias   | (62.390)           | (7.673)             | 623             | (69.440)        |
| Adições por combinações de negócios –<br>Vide nota explicativa nº5. | 199.806            | 417.063             | 194.758         | 811.627         |
| Pagamentos (ii)   | <u>(4.688)</u>     | <u>(7.365)</u>      | <u>(12.502)</u> | <u>(24.555)</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014                                    | <u>256.847</u>     | <u>461.862</u>      | <u>196.665</u>  | <u>915.374</u>  |
| Saldos de depósitos judiciais                                       | <u>(12.861)</u>    | <u>(29.375)</u>     | <u>(985)</u>    | <u>43.221</u>   |
| Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2014                           | <u>243.986</u>     | <u>432.487</u>      | <u>195.680</u>  | <u>872.153</u>  |

- (i) Os autos de infração da controlada CEAMA referentes à Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins, ao Programa de Integração Social - PIS e ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, totalizando R\$10.499, foram julgados favoravelmente a Companhia na esfera administrativa.
- (ii) Os pagamentos de tributários se refere a desembolsos de honorários advocatícios para escritórios que obtiveram êxitos no processo junto ao CARF.

Garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

No contrato de compra e venda das controladas, Ceama, Ítala, Iuni, Unirondon, Unopar e ex-mantenedores da Anhanguera, há garantias atreladas aos processos judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores poderão ser levantados juntos aos vendedores.

O demonstrativo das garantias citadas é como segue:

| <u>Controlada</u>               | <u>Natureza</u>                    | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|---------------------------------|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Ítala                           | Tributárias, trabalhistas e cíveis | 18.484            | 76.707            |
| Unirondon                       | Tributárias, trabalhistas e cíveis | 19.250            | 20.530            |
| Unopar                          | Tributárias, trabalhistas e cíveis | 1.687             | 9.431             |
| Iuni                            | Tributárias e trabalhistas         | 658               | 1.315             |
| Ceama                           | Trabalhistas e cíveis              | 697               | 2.562             |
| Ex – Vendedores Anhanguera (ii) | Tributárias, trabalhistas e cíveis | 126.194           | -                 |
| Outras                          | Trabalhistas e cíveis              | <u>2.764</u>      | <u>60</u>         |
|                                 |                                    | <u>169.734</u>    | <u>110.605</u>    |

- (i) A Anhanguera adquiriu Instituições de Educação Superior, com as quais firmou contrato de compra e venda com previsão de garantias para o caso de surgimento de contingências cujo fato gerador é anterior à data da referida aquisição, garantindo que a Anhanguera não tenha perda financeira com referidas contingências.

Perdas possíveis

|                                  | <u>Tributárias</u> | <u>Trabalhistas</u> | <u>Cíveis</u>  | <u>Total</u>   |
|----------------------------------|--------------------|---------------------|----------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 344.297            | 16.790              | 52.625         | 413.712        |
| Adições                          | 13.641             | 22.966              | 66.694         | 103.301        |
| Baixas                           | (260.299)          | (18.005)            | (17.180)       | (295.484)      |
| Adição proveniente de adquirida  |                    |                     |                |                |
| Anhanguera                       | <u>82.338</u>      | <u>77.225</u>       | <u>84.378</u>  | <u>243.941</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | <u>179.977</u>     | <u>98.976</u>       | <u>186.517</u> | <u>465.470</u> |

A Companhia é ré em ações de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, portanto, sem constituição de provisão, a composição é conforme segue:

Do total de processos administrativos e/ou judiciais tributários, 9 processos classificados como perda possível estão vinculados ao período em que a controlada Iuni gozou da condição de entidade filantrópica. Tais processos foram originados de autuações fiscais lavradas pela RFB, em razão do não recolhimento de contribuições previdenciárias (cota patronal, seguro contra acidente de trabalho “SAT”/risco de acidente de trabalho “RAT” e terceiros) para o INSS, bem como de outros tributos (COFINS e PIS), o montante de R\$94.059 foi avaliado pelos consultores jurídicos da Companhia como perda possível e o saldo está garantido conforme descrito no item “Garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis” apresentado acima.

A controlada Uniasselvi entrou no programa REFIS de 2014 e quitou seus passivos tributários resultantes de fiscalização da RFB. A Companhia não teve nenhum desembolso financeiro, pois os ex-mantenedores assumiram a quitação com recursos próprios.

## 28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social subscrito e integralizado da Companhia totaliza R\$4.239.757 e é composto por 1.623.795.559 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado era de R\$1.867.228 e era composto por 268.703.876 ações ordinárias, conforme segue:

|                              | <u>Quantidade<br/>de ações</u> |
|------------------------------|--------------------------------|
| Em 31 de dezembro de 2013    | <u>268.703.876</u>             |
| Total de ações ex-tesouraria | 268.380.932                    |
| Total de ações em tesouraria | 322.944                        |
| Em 31 de dezembro de 2014    | <u>1.623.795.559</u>           |
| Total de ações ex-tesouraria | 1.621.375.407                  |
| Total de ações em tesouraria | 2.420.152                      |

A movimentação é a seguinte:

|                             | <u>Quantidade</u>    | <u>Em R\$</u>    |
|-----------------------------|----------------------|------------------|
| Em 31 de dezembro de 2013   | 268.703.876          | 1.867.228        |
| Emissão de ações (i)        | 135.362.103          | 2.327.299        |
| Desdobramento de ações (ii) | 1.212.197.937        | -                |
| Emissão de ações (iii)      | <u>7.531.643</u>     | <u>45.230</u>    |
| Em 31 de dezembro de 2014   | <u>1.623.795.559</u> | <u>4.239.757</u> |

- (i) Em 3 de julho de 2014, em decorrência da aprovação do acordo de fusão com a Anhanguera, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da totalidade das 135.362.103 ações de emissão da Anhanguera Educacional Participações S.A. com base em seu valor contábil no montante de R\$2.327.299, referente ao balanço auditado de 31 de dezembro de 2013, passando a Anhanguera a ser uma subsidiária integral da Companhia nesta data.

- (ii) Em 11 de setembro de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia à razão de 1:4, de forma que para cada ação de emissão da Companhia atualmente emitida será criada e atribuída ao seu titular 3 (três) novas ações de emissão da Companhia, com os mesmos direitos e vantagens das ações atualmente emitidas, de modo que cada ação da Companhia passará a ser representada por 4 (quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, alterando-se portanto, o caput dos Artigos 5º e 6º do Estatuto Social da Companhia .
- (iii) Em 30 de setembro de 2014 o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia com a emissão de 5.112.645 novas ações ordinárias, totalizando um aumento de R\$30.958.

Em 31 de outubro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia com a emissão de 1.193.187 novas ações ordinárias, totalizando um aumento de R\$7.026.

Em 03 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia com a emissão de 1.225.811 novas ações ordinárias totalizando um aumento de R\$7.246.

#### b) Capital autorizado

Em 11 de setembro de 2014, em Assembleia Geral, o limite de capital autorizado da Companhia passou a ser de 2.000.000.000 de ações ordinárias.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis, aprovar, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a emissão de ações em decorrência de outorgas de opções de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição dessas ações, e aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

#### c) Reservas de capital

##### Reserva de capital

Em 24 de junho de 2009, o Conselho de Administração definiu que o valor de R\$0,09805 de cada nova ação emitida seria destinado à formação de reservas de capital. Em 2 de setembro de 2009, foi homologado o valor da reserva em R\$21.247. A reserva está apresentada no valor de R\$14.585, líquida dos custos provenientes de transação na emissão dessas novas ações, no valor de R\$6.662.



### Plano de opção de ações

A provisão do valor justo das opções de ações concedidas, conforme plano de outorga aprovado em 23 de outubro de 2009 é reconhecida como despesa. A contrapartida é registrada contra o patrimônio líquido da Companhia.

Desde a aprovação do plano foram concedidas 10.482.000 ações e canceladas 1.110.000 e exercidas 4.793.806 opções de ações pelos beneficiários.

Em 3 de julho de 2014, em decorrência do acordo de associação com a Anhanguera Educacional, a Companhia constituiu o valor de R\$72.913 referente ao plano de opções provenientes da adquirida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram exercidas 11.275.831 opções em contrapartida à alienação de 10.823.815 ações em tesouraria. Foram reconhecidos R\$53.505 de prêmio de valor justo de opções (R\$12.205 em 31 de dezembro de 2013) e o valor de R\$32.617 de opções exercidas com utilização de ações em tesouraria (R\$19.112 em 31 de dezembro de 2013).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, foram concedidas ações em tesouraria para liquidação do plano de opções de R\$86.999 (R\$19.112 em 31 de dezembro de 2013).

### Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios

O saldo constituído de R\$6.152.187 é o resultado da aquisição da controlada Unopar e da controlada Anhanguera.

#### i) Anhanguera

Em 03 de julho de 2014, em decorrência da incorporação de ações da Anhanguera, foram emitidas 135.362.103 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia.

Na mesma data, a Companhia realizou aumento de capital com base no valor contábil de R\$2.327.299, referente ao patrimônio líquido da Anhanguera em 31 de dezembro de 2013. A diferença entre o valor total da aquisição e o valor atribuído ao capital social de R\$5.981.227 foi contabilizado como reserva de capital “Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios.

Em 15 de dezembro de 2011, 20% do pagamento da aquisição, conforme o contrato de compra e venda, deveria ser realizado por meio de ações de emissão da Companhia. O valor de 20% do preço de aquisição foi de R\$260.000, constituído de 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais.

Em 28 de setembro de 2012, ocorreu a emissão das 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais no valor de R\$16.127, correspondente ao valor patrimonial contábil das “holdings” detentoras dos 20% do capital social da Unopar.

d) Ações em tesouraria

A recompra das ações está em conformidade com o artigo 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76, as Instruções Normativas da CVM nº 10/80 e nº 390/03 e as demais legislações pertinentes.

|                                 | <u>Quantidade<br/>de ações</u> |
|---------------------------------|--------------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 322.944                        |
| Alienação de ações (i)          | (7.510.408)                    |
| Aquisição de ações (ii)         | 718.500                        |
| Desdobramento de ações (iii)    | 1.357.473                      |
| Emissão de ações (iv)           | <u>7.531.643</u>               |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | <u>2.420.152</u>               |

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram alienadas 2.397.763 ações ao custo de R\$86.999.
- (ii) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de julho de 2014, foi aprovada a instituição do programa de recompra de ações da Companhia. No período findo em 31 de dezembro de 2014, foram adquiridas 718.500 ações ao custo de R\$41.039.
- (iii) Em 11 de setembro de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia à razão de 1:4, de forma que para cada ação de emissão da Companhia atualmente emitida será criada e atribuída ao seu titular 3 (três) novas ações de emissão da Companhia, com os mesmos direitos e vantagens das ações atualmente emitidas, de modo que cada ação da Companhia passará a ser representada por 4 (quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, alterando-se portanto, o caput dos Artigos 5º e 6º do Estatuto Social da Companhia
- (iv) Em 30 de setembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia com a emissão de 5.112.645 novas ações ordinárias, totalizando um aumento de R\$30.958.

Em 31 de outubro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia com a emissão de 1.193.187 novas ações ordinárias, totalizando um aumento de R\$7.026

Em 03 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia com a emissão de 1.225.811 novas ações ordinárias totalizando um aumento de R\$7.246.

Os respectivos aumentos de capital social foram efetuados para suportar a distribuição de ações para os beneficiários do plano de remuneração de opções de ações.

- (v) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de julho de 2014, foi aprovada a instituição do programa de recompra de ações da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram adquiridas 625.200 ações ao custo de R\$18.408.

e) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital.

Dividendos

|  |                  |
|--|------------------|
| Lucro líquido do exercício em 31 de dezembro de 2014 | 1.000.600        |
| Constituição da reserva legal - 5%                   | <u>(50.030)</u>  |
| Lucro líquido ajustado                               | <u>950.570</u>   |
| Dividendos mínimos - 25%                             | <u>(237.643)</u> |
| Dividendos intermediários pagos - maio (i)           | 65.255           |
| Dividendos acordo de associação (ii)                 | 483.000          |

(i) Dividendos intermediários

Maio de 2014

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 13 de maio de 2014, foi aprovado o pagamento de R\$65.255 a título de dividendos intermediários do trimestre findo em 31 de março de 2014, correspondendo a 25% do lucro ajustado (após deduzida a reserva legal) do trimestre.

(ii) Acordo com Anhanguera

Como parte do acordo de associação com a Anhanguera, aprovado em 03 de julho de 2014, foi determinada a distribuição de dividendos intermediários, no valor total de R\$483.000 a débito da reserva para investimentos.

Os dividendos declarados foram distribuídos aos acionistas da Companhia na proporção de suas respectivas participações no capital social, observando-se o valor de R\$1,798710 por ação ordinária de emissão da Companhia, já deduzidas deste cálculo as ações que se encontram em tesouraria.

Reserva para investimentos

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, após a compensação do prejuízo acumulado, a constituição de reserva legal e a proposição de dividendos, no valor de R\$885.315 (R\$368.056 em 31 de dezembro de 2013), foi transferido para a rubrica “Reserva para investimentos”, conforme o artigo 42 do Estatuto Social, e será utilizada para investimento na própria Companhia, a fim de financiar a expansão de suas atividades, seja ela orgânica, seja por meio de aquisições no mercado, cumprindo o plano de negócios de crescimento previsto pela Administração para o exercício de 2015.

## 29. PLANO DE REMUNERAÇÃO DE OPÇÃO DE AÇÕES

### a) Planos mantidos Kroton Educacional S.A.

Conforme o plano de opção de ações da Companhia, aprovado em 23 de outubro de 2009, tem como objetivo reter e incentivar seus executivos, buscando o alinhamento dos interesses destes com os interesses dos acionistas e da Companhia. São elegíveis para participar do plano os conselheiros independentes, diretores estatutários e executivos seniores.

Inicialmente a outorga de opções deveria respeitar o limite máximo de 10 milhões de ações ordinárias (à época da aprovação do plano, 5 milhões de ações ordinárias e 30 milhões de ações preferenciais, correspondentes a 5 milhões de “units”), equivalentes a 8,01% do capital social da Companhia na data da aprovação.

Em 26 de novembro de 2013, uma vez que o plano de opção de compra de ações descrito atingiu o limite máximo de opções que poderiam ser outorgadas, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o novo plano de opção de compra de ações em substituição ao plano anterior.

Nesse novo plano, a outorga de ações deve respeitar o limite máximo de 2,0% do capital social da Companhia, equivalente, na data da aprovação, a 5.374.078 ações ordinárias, antes de qualquer desdobramento.

O Conselho de Administração fixou os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de compra de ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (“constructive obligation”) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

O preço de exercício será pago pelos beneficiários à Companhia à vista, no ato da aquisição ou da subscrição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada contrato.

Os preços definidos nos contratos de outorga, até 31 de dezembro de 2014, variam de R\$4,53 a R\$22,78.

A definição dessa troca de opções por ações ordinárias é dada pelo produto da diferença entre o preço de exercício e o preço médio da ação e a quantidade de opções dividida pelo preço médio da ação no mercado na data de exercício:

$$\text{Quantidade de ações} = \frac{(\text{preço médio} - \text{preço exercício}) \times \text{quantidade de opções}}{\text{preço médio}}$$

Por meio dessa forma de recebimento das ações, o beneficiário do plano não realiza o pagamento das opções e em contraparte troca suas opções por uma quantidade menor de ações.

b) Aditivos dos executivos da Anhanguera Educacional S.A.

Conforme a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de julho de 2014 foi aprovado um novo plano de opção de compra de ações da Kroton (Novo Plano Kroton) para receber as opções outorgadas e não exercidas (tendo ou não decorrido o prazo de carência para exercício, desde que ainda possam ser exercidas de acordo com as condições dos Planos Anhanguera).

As opções recebidas pela Kroton, no âmbito do Novo Plano Kroton, serão substituídas por opções de compra de ações de emissão da Kroton em número resultante da aplicação da mesma relação de troca proposta para a Incorporação de ações, ou seja, 0,30970293 ação ordinária de emissão da Kroton (Relação de troca), e corresponderão à emissão de até 6.520.299 ações ordinárias da Kroton no futuro (antes de desdobramentos), se quando exercidas. A Anhanguera Educacional S.A. mantinha dois planos de outorgas, um distribuído em 2010 e outro em 2013.

O número total de ações que poderão ser adquiridas conforme novo plano, portanto, não excederá 1,62% das ações do capital social total da Kroton após a incorporação de ações durante todo o prazo de vigência do Novo Plano Kroton, considerando-se neste cálculo todas as ações de emissão da Kroton emitidas em decorrência da Incorporação de ações.

O cálculo do valor justo foi realizado pelo modelo Black&Scholes utilizando as mesmas premissas dos cálculos realizados pela Kroton sobre uma outorga de 6.520.299 opções, dentro do limite estabelecido para o Novo Plano Kroton e a vigência destes contratos variam de vencimentos de 2015 a 2019.

Segue abaixo o resumo dos Planos Anhanguera (outorgas em 2010 e 2013) após cálculo e conversão para o Novo Plano Kroton antes do último desdobramento ocorrido em maio de 2014:

| <u>Novo Plano Kroton</u>      | <u>Dados</u> |
|-------------------------------|--------------|
| Quantidade de opções          | 6.520.299    |
| Preço médio de exercício      | 31,22        |
| Valor justo médio ponderado   | 36,05        |
| Volatilidade do preço da ação | 31,11%       |

### Movimentação dos Planos de opções de ações

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados, considerando o desdobramento de forma retrospectiva, estão apresentados a seguir:

|                                    | 31/12/2014                               |                   | 31/12/2013                               |                   |
|------------------------------------|--|-------------------|--|-------------------|
|                                    | Preço médio de exercício por ação em R\$ | Opções            | Preço médio de exercício por ação em R\$ | Opções            |
| Saldo inicial                      |  | 35.832.000        |  | 21.688.000        |
| Advindas de combinação de negócios |  | 26.081.196        |  | -                 |
| Concedidas                         | 2,55                                     | 1.600.000         | 5,24                                     | 20.360.000        |
| Exercidas                          | 5,26                                     | (11.275.831)      | 6,05                                     | (6.216.000)       |
| Saldo final                        |  | <u>52.237.365</u> |  | <u>35.832.000</u> |

Os planos estão dentro dos limites aprovados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As opções de compra de ações outorgadas, considerando o desdobramento para os períodos anteriores, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

| <u>Data de vencimento no exercício</u> | Opções                                    |                      |                                   |                    |
|--|---|----------------------|-----------------------------------|--------------------|
|  | Preço médio de exercício por opção em R\$ | Quantidade de opções | Valor justo médio da opção em R\$ | R\$                |
| 2013                                   | 2,36                                      | 477.996              | 0,74                              | 354.595            |
| 2014                                   | 5,51                                      | 2.591.367            | 3,26                              | 16.257.653         |
| 2015                                   | 5,18                                      | 13.796.600           | 2,54                              | 22.539.217         |
| 2016                                   | 6,33                                      | 14.877.335           | 2,82                              | 19.883.658         |
| 2017                                   | 7,53                                      | 9.215.800            | 3,21                              | 17.441.682         |
| 2018                                   | 11,04                                     | 10.835.800           | 4,43                              | 31.282.860         |
| 2019                                   | <u>10,01</u>                              | <u>442.467</u>       | <u>3,39</u>                       | <u>720.941</u>     |
|  | <u>7,03</u>                               | <u>52.237.365</u>    | <u>3,18</u>                       | <u>108.480.606</u> |

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 referentes à combinação de negócios, determinado com base no modelo de avaliação Black&Scholes, foi de R\$9,04 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram o preço médio ponderado de exercício de R\$7,71 por opção (definidos na data de outorga), o preço da ação na data de outorga de R\$15,34 (após desdobramento) por ação, a volatilidade média utilizada de 27,76%, a vida média esperada da opção correspondente a 1.795 dias, a taxa de juros média anual sem risco de 8,86% e o “dividend yield” de 2,89%.

A volatilidade foi mensurada pelo desvio-padrão de retornos de ações continuamente compostos com base na análise estatística dos preços diários das ações.

O valor justo das opções de ações concedidas é reconhecido como despesa. A contrapartida é registrada a crédito na rubrica “Reservas de capital - outorga de opções de ações”, no patrimônio líquido.

O contrato de opções com vencimento mais longo tem como última data de “vesting” 2 de junho de 2019 e poderá ser exercido em até 12 meses após essa data.

### 30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia utiliza 3 segmentos operacionais para diferenciação de seus produtos oferecidos: Ensino Superior Presencial, Ensino Superior à Distância - EAD e Educação Básica.

#### Consolidado

|   | Exercício findo em 31/12/2014 |                     |                 |                     |                  |
|---|-------------------------------|---------------------|-----------------|---------------------|------------------|
|   | Ensino Superior Presencial    | Ensino Superior EAD | Educação Básica | Parcela não alocada | Total            |
| Receita líquida                                   | 2.589.803                     | 994.063             | 190.609         | -                   | 3.774.475        |
| Custo das vendas e dos serviços prestados         | (1.283.732)                   | (270.498)           | (88.900)        | -                   | (1.643.130)      |
| Lucro bruto                                       | 1.306.071                     | 723.565             | 101.709         | -                   | 2.131.345        |
| Despesas operacionais:                            |                               |                     |                 |                     |                  |
| Despesas com vendas                               | (193.714)                     | (149.856)           | (35.835)        | -                   | (379.405)        |
| Despesas gerais e administrativas                 | (282.208)                     | (62.466)            | (19.482)        | (344.953)           | (709.109)        |
| Outras despesas, líquidas                         | -                             | -                   | -               | (2.014)             | (2.014)          |
| Lucro operacional e antes do resultado financeiro | <u>830.149</u>                | <u>511.243</u>      | <u>46.392</u>   | <u>(346.967)</u>    | <u>1.040.817</u> |
| Ativos  | 11.525.375                    | 3.498.849           | 104.303         | 357.653             | 15.486.180       |
| Passivos circulante e não circulante              | <u>2.922.824</u>              | <u>718.839</u>      | <u>79.242</u>   | <u>318.867</u>      | <u>4.039.772</u> |

|   | Exercício findo em 31/12/2013 |                     |                 |                     |                  |
|---|-------------------------------|---------------------|-----------------|---------------------|------------------|
|   | Ensino Superior Presencial    | Ensino Superior EAD | Educação básica | Parcela não alocada | Total            |
| Receita líquida                                   | 1.234.938                     | 618.842             | 162.162         | -                   | 2.015.942        |
| Custo das vendas e dos serviços prestados         | <u>(695.571)</u>              | <u>(152.550)</u>    | <u>(74.267)</u> | -                   | <u>(922.388)</u> |
| Lucro bruto                                       | 539.367                       | 466.292             | 87.895          | -                   | 1.093.554        |
| Despesas operacionais:                            |                               |                     |                 |                     |                  |
| Despesas com vendas                               | (108.145)                     | (65.443)            | (26.922)        | -                   | (200.510)        |
| Despesas gerais e administrativas                 | (131.482)                     | (27.129)            | (18.939)        | (155.130)           | (332.680)        |
| Outras despesas, líquidas                         | <u>-</u>                      | <u>-</u>            | <u>-</u>        | <u>(1.614)</u>      | <u>(1.614)</u>   |
| Lucro operacional e antes do resultado financeiro | <u>299.740</u>                | <u>373.720</u>      | <u>42.034</u>   | <u>(156.744)</u>    | <u>558.750</u>   |
| Ativos  | 2.288.008                     | 1.361.020           | 95.552          | 334.582             | 4.079.162        |
| Passivos circulante e não circulante              | <u>235.754</u>                | <u>50.638</u>       | <u>67.235</u>   | <u>1.106.846</u>    | <u>1.460.473</u> |

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada nas demonstrações do resultado.

Parcela não alocada refere-se a ativos, passivos e despesas relacionados a áreas administrativas e de apoio operacional, não relacionadas diretamente aos segmentos geradores de receita.

### 31. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

|                                   | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| <u>Ensino superior presencial</u> |                   |                   |
| Receita bruta                     | 3.246.241         | 1.522.781         |
| Deduções da receita bruta:        |                   |                   |
| Impostos                          | (77.829)          | (34.793)          |
| ProUni                            | (363.003)         | (123.830)         |
| Descontos                         | <u>(215.606)</u>  | <u>(129.220)</u>  |
| Receita líquida                   | <u>2.589.803</u>  | <u>1.234.938</u>  |
| <u>Ensino superior EAD</u>        |                   |                   |
| Receita bruta                     | 1.247.442         | 748.891           |
| Deduções da receita bruta:        |                   |                   |
| Impostos                          | (23.450)          | (12.541)          |
| ProUni                            | (167.742)         | (73.074)          |
| Descontos                         | <u>(62.187)</u>   | <u>(44.434)</u>   |
| Receita líquida                   | <u>994.063</u>    | <u>618.842</u>    |
| <u>Educação básica</u>            |                   |                   |
| Receita bruta                     | 206.495           | 171.294           |
| Deduções da receita bruta:        |                   |                   |
| Impostos                          | (5.297)           | (4.708)           |
| Devoluções                        | <u>(10.589)</u>   | <u>(4.424)</u>    |



|                 | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|-----------------|-------------------|-------------------|
| Receita líquida | <u>190.609</u>    | <u>162.162</u>    |

|                            | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| <u>Total</u>               |                   |                   |
| Receita Bruta              | 4.700.178         | 2.442.966         |
| Deduções da receita bruta: |                   |                   |
| Impostos                   | (106.576)         | (52.042)          |
| Prouni                     | (530.745)         | (196.904)         |
| Descontos                  | (277.793)         | (173.654)         |
| Devoluções                 | <u>(10.589)</u>   | <u>(4.424)</u>    |
| Receita líquida            | <u>3.774.475</u>  | <u>2.015.942</u>  |

### 32. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

|   | <u>Controladora</u> |                   | <u>Consolidado</u> |                    |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
|   | <u>31/12/2014</u>   | <u>31/12/2013</u> | <u>31/12/2014</u>  | <u>31/12/2013</u>  |
| Salários e encargos sociais                   | (89.987)            | (12.205)          | (1.420.701)        | (773.041)          |
| Depreciação e amortização                     | (74.758)            | -                 | (249.768)          | (108.212)          |
| Aluguel e condomínio                          | -                   | -                 | (223.726)          | (104.632)          |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | -                   | -                 | (147.542)          | (92.343)           |
| Utilidades, limpeza e segurança               | (3)                 | (98)              | (151.884)          | (74.366)           |
| Publicidade e propaganda                      | (406)               | (274)             | (171.472)          | (80.105)           |
| Serviços de terceiros                         | -                   | -                 | (24.165)           | (13.300)           |
| Consultorias e assessorias                    | (11.670)            | (4)               | (127.708)          | (50.208)           |
| Custo dos produtos vendidos                   | -                   | -                 | (39.198)           | (24.859)           |
| Jurídico e Contingências                      | 12.992              | (615)             | (20.415)           | (20.991)           |
| Viagens                                       | -                   | -                 | (34.253)           | (24.729)           |
| Direitos autorais                             | -                   | -                 | (8.048)            | (6.190)            |
| Taxas e contribuições                         | (139)               | (218)             | (1.053)            | (7.052)            |
| Outros custos e despesas                      | -                   | (21)              | <u>(113.725)</u>   | <u>(77.164)</u>    |
|   | <u>(163.971)</u>    | <u>(13.435)</u>   | <u>(2.733.658)</u> | <u>(1.457.192)</u> |
| Custo das vendas e serviços                   | -                   | -                 | (1.643.130)        | (922.388)          |
| Despesas com vendas                           | -                   | -                 | (379.405)          | (200.510)          |
| Despesas gerais e administrativas             | (163.971)           | (13.435)          | (709.109)          | (332.680)          |
| Outras despesas operacionais, líquidas        | -                   | -                 | <u>(2.014)</u>     | <u>(1.614)</u>     |
|   | <u>(163.971)</u>    | <u>(13.435)</u>   | <u>(2.733.658)</u> | <u>(1.457.192)</u> |

### 33. RESULTADO FINANCEIRO

| <u>Controladora</u>  | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Receitas financeiras   |                   |                   |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários | 1.373             | 108               |
| Juros sobre saldo impostos a compensar                                   | 220               | 93                |
| Outras   | <u>1</u>          | <u>8</u>          |
|  | 1.594             | 209               |
| Despesas financeiras   |                   |                   |
| Juros e mora comercial   | -                 | (6)               |
| Tarifas bancárias e de cobrança  | <u>(9)</u>        | <u>(5)</u>        |
|  | (9)               | (11)              |
| Resultado financeiro   | <u>1.585</u>      | <u>198</u>        |

| <u>Consolidado</u>   | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Receitas financeiras   |                   |                   |
| Juros sobre mensalidades   | 66.090            | 36.618            |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários | 53.306            | 27.916            |
| Descontos obtidos  | -                 | 438               |
| Variação cambial ativa   | 1.808             | -                 |
| Outras   | <u>2.953</u>      | <u>3.201</u>      |
|  | 124.157           | 68.173            |
| Despesas financeiras   |                   |                   |
| Juros e custos das debêntures  | (94.334)          | (56.401)          |
| Atualização de obrigações por aquisições de controladas                  | (18.122)          | (15.823)          |
| Tarifas bancárias e de cobrança  | (10.679)          | (7.770)           |
| Juros e mora comercial   | (3.734)           | (2.472)           |
| Juros e mora fiscal  | (4.113)           | (7.101)           |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos                                 | (8.479)           | (726)             |
| Variação cambial passiva   | (4.046)           | -                 |
| Outras   | <u>(5.626)</u>    | <u>(3.090)</u>    |
|  | (149.133)         | (93.383)          |
| Resultado financeiro   | <u>(24.976)</u>   | <u>(25.210)</u>   |

### 34. LUCRO POR AÇÃO

#### a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

|   | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucro atribuível aos acionistas da Companhia                          | 1.000.600         | 516.571           |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares) | <u>1.343.523</u>  | <u>1.072.959</u>  |
| Lucro básico por ação ordinária                                       | <u>0,74</u>       | <u>0,48</u>       |

#### b) Diluído

Para efeitos de diluição, a Companhia possui plano de opção de ações outorgadas aos beneficiários, pelo qual é permitida a emissão de ações no momento de exercício da opção. Em 31 de dezembro de 2014, existem ações com potencial de diluição, uma vez que seu preço médio de exercício é inferior ao preço médio da ação da Companhia no mercado.

|   | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucro atribuível aos acionistas da Companhia                          | 1.000.600         | 516.571           |
| Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares) | <u>1.343.523</u>  | <u>1.072.959</u>  |
| Potencial incremento de ações ordinárias (em milhares)                | <u>991</u>        | <u>425</u>        |
| Lucro diluído por ação ordinária                                      | <u>0,74</u>       | <u>0,48</u>       |

### 35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

#### Demais transações com partes relacionadas

- (i) A controlada Pses utiliza imóveis alugados da controlada Spes. Os contratos estão vigentes até junho de 2016, com valor fixo mensal de R\$161. O índice de reajuste utilizado é o INPC.
- (ii) As controladas Unic Educacional, Unime LF e Iuni utilizam imóveis alugados da Vertia Empreendimentos Imobiliários Ltda. (sociedade controlada por acionista e membro do Conselho de Administração da Companhia):

| <u>Controlada</u> | <u>Término do contrato</u> | <u>Valor mensal</u> | <u>Índice de reajuste</u> |
|-------------------|----------------------------|---------------------|---------------------------|
| Unic Educacional  | Março/2020                 | 185                 | IPCA                      |
| Unime LF          | Março/2020                 | 519                 | IPCA                      |
| Iuni              | Março/2020                 | 914                 | IPCA                      |

- (iii) A controlada Ede utiliza imóveis alugados da Creare Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda. (sociedade controlada por membros do Conselho de Administração da Companhia). Os contratos estão vigentes até janeiro de 2032, com valor fixo mensal de R\$992. O índice de reajuste utilizado é o IPCA.
- (iv) A controlada Iuni possui contrato de cessão de uso com o Hospital Geral Universitário (“HGU”) (sociedade controlada por acionista e membro do Conselho de Administração da Companhia) de Cuiabá - MT, destinado à operação universitária, com valor fixo mensal de R\$228 e com valor variável por aluno de R\$3, referente à Bolsa Residente.
- (v) A Anhanguera Educacional Ltda. utiliza imóveis alugados da HK Campinas Participações Ltda. (a empresa tem como sócia a empresa AFZ Participações Ltda., sociedade controlada por um familiar de um dos membros do Conselho de Administração da Companhia). O contrato tem vigência até dezembro de 2024, com valor fixo mensal de R\$267. O índice de reajuste utilizado é o IPCA.
- (vi) A controlada Anhanguera Educacional Ltda. utiliza imóveis alugados da controladora Anhanguera Educacional Participações S/A. O contrato tem vigência até dezembro de 2020, com valor fixo mensal de R\$89. O índice de reajuste utilizado é o IPCA.

Esses valores estão registrados no resultado, na rubrica “custo dos serviços prestados”.

- (vii) A EDE possui contrato de venda de material didático com a Fundação Pitágoras. O valor das vendas incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$18.421 (R\$14.470 no exercício findo em 31 de dezembro 2013). O saldo da rubrica “contas a receber” em 31 de dezembro 2014 é de R\$3.304 (R\$1.942 em 31 de dezembro de 2013).
- (viii) A Fundação Manoel de Barros, (permissionária da rádio FM educativa, denominada Rádio Uniderp, desde 16 de fevereiro de 2005), cujo conselho mantém membros do conselho e da diretoria da Companhia, celebrou um convênio com a Anhanguera Educacional Ltda., subsidiária da Companhia, para a doação de recursos financeiros. O contrato terá seu término em 1º de janeiro de 2016. Não existe qualquer índice de reajuste pactuado. A Anhanguera Educacional Participações S/A. desembolsou no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a quantia de R\$240 por este convênio.

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, os vice-presidentes e os diretores estatutários.

Em Assembleia Geral Extraordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$24.000.

Em 28 de abril de 2014, a Assembleia Geral Ordinária da controlada Anhanguera definiu a remuneração global anual de seus administradores para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$14.316.

A remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

|  | <u>31/12/2014</u> | <u>31/12/2013</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Salários                               | 7.340             | 5.969             |
| Benefícios                             | 163               | 133               |
| Encargos                               | 1.466             | 1.194             |
| Remuneração variável (i)               | 15.076            | 12.348            |
| Plano de opção de compra de ações (ii) | <u>31.501</u>     | <u>8.781</u>      |
|  | <u>55.546</u>     | <u>28.425</u>     |

- (i) Remuneração variável definida em contrato com diretores estatutários.
- (ii) Referente à provisão do plano de opções de compra de ações, que não é considerado dentro do limite de remuneração global anual dos administradores aprovado na Assembleia Geral Extraordinária.

### 36. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

|                                      | <u>Importâncias seguradas</u> |                   |
|--------------------------------------|-------------------------------|-------------------|
|                                      | <u>31/12/2014</u>             | <u>31/12/2013</u> |
| Incêndio de bens do imobilizado      | 257.764                       | 87.405            |
| Responsabilidade Civil dos Diretores | 196.000                       | 60.000            |
| Veículos                             | <u>22.533</u>                 | <u>6.253</u>      |
|                                      | <u>476.297</u>                | <u>153.658</u>    |

### 37. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas informações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 8.

#### b) Transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa.

- (i) Das opções exercidas em 2014, R\$1.868 refere-se a opções exercidas através de desembolso por parte do beneficiário.
- (ii) Do imóvel adquirido em junho de 2013 na cidade de Ipatinga – MG, no valor de 8.140, há um saldo de R\$128 em aberto na rubrica “contas a pagar – aquisições”.
- (iii) Efeitos da aquisição da Anhanguera Educacional, apresentados na nota explicativa nº 5.

### 38. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Emissão de debêntures

Em 9 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 2ª (segunda) emissão de Debêntures pela Emissora, no valor total de R\$ 570.000.000,00 (quinhentos e setenta milhões de reais), cujos termos e a realização serão destinados ao aporte de recursos na controlada Anhanguera Educacional S.A. Os recursos aportados serão integralmente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 4ª (quarta) e 5ª (quinta) emissões da Anhanguera.

### 39. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de março de 2015.

---